

Da "Terra do Padre Cícero" à "Cidade do Progresso"

Intervenções urbanas em
Juazeiro do Norte (1950-1980)



Assis Daniel Gomes

Assis Daniel Gomes

Da “Terra do Padre Cícero”
à “Cidade Do Progresso”
Intervenções urbanas em
Juazeiro do Norte (1950-1980)

Salvador
Editora Pontocom
2015

Copyright © 2015 Assis Daniel Gomes

Projeto gráfico, preparação dos originais
e editoração eletrônica: Editora Pontocom

Editora Pontocom

Conselho Editorial

José Carlos Sebe Bom Meihy

Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães

Zeila de Brito Fabri Demartini

Zilda Márcia Grícoli Iokoi

Coordenação Editorial

André Gattaz

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

G633

Da “Terra do Padre Cícero” à “Cidade do Progresso” :
intervenções urbanas em Juazeiro do Norte (1950-1980) / Assis
Daniel Gomes. – Salvador : Editora Pontocom, 2015.

98 p. : ; 21 cm

ISBN: 978-85-66048-52-0

1. História regional. 2. História do Brasil Contemporâneo.
3. Desenvolvimento urbano. 4. Juazeiro do Norte, Ceará. I. Título.

CDD 981

CDU 94(81-2)

Sumário

AGRADECIMENTOS	6
PREFÁCIO (POR JANE SEMEÃO)	7
INTRODUÇÃO	10
1. DA “CIDADE DOS ARTESÃOS” À “CIDADE DO PROGRESSO”	14
2. A “TERRA DO PROGRESSO”: INTERVENÇÕES URBANAS EM JUAZEIRO DO NORTE	44
3. NOVOS PROBLEMAS SOCIAIS E URBANOS : OBSTÁCULOS AO PROGRESSO DA CIDADE	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

Aos imigrantes que chegaram a Juazeiro do Norte entre 1950 e 1980. Em especial a meu bisavô e minha bisavó (In memoriam), que vieram morar na “Terra do Padre Cícero” nos anos de 1960, com suas filhas “Divina”, “D’Jesus”, “Maria”, “Flora”, “Francisca”, “Isabel” (minha avó) e a meu avô, “Manuel” (In memoriam).

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Maria Lenilce, e a meu padrasto, José, pelo apoio financeiro e sentimental durante a graduação em História, realizada na Universidade Regional do Cariri (URCA). Aos colegas do curso de História, Letras, Ciências Sociais e do curso de Especialização em História Contemporânea. Aos integrantes do Laboratório de Imagem, História e Memória (LABIHM) da URCA, professores e alunos.

Aos professores do departamento de História da Universidade Regional do Cariri, especialmente aqueles que compuseram a minha banca de defesa da Monografia em 2013, intitulada *A “cidade do Progresso”: intervenções urbanas em Juazeiro do Norte (1950-1980)*, a saber, Jane Derarovele Semeão e Silva (orientadora) e os examinadores Josinete Lopes de Souza e Iarê Lucas Andrade. Ressaltamos que suas contribuições me possibilitaram aprofundar algumas questões daquela pesquisa e elaborar este livro.

Em suma, aos responsáveis pelos centros de documentação e às instituições em que realizei a pesquisa documental e bibliográfica. Foram estes: Arquivo da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Biblioteca Municipal de Juazeiro do Norte, Centro de Documentação Padre Antônio Gomes, Biblioteca do Instituto Cultural do Cariri, Biblioteca do Memorial Padre Cícero, Biblioteca da Universidade Regional do Cariri e Centro de Documentação do Cariri-URCA (CEDOC-CARIRI).

“Criar valores novos é coisa que o leão ainda não pode, mas criar a liberdade para criar novamente, isso pode fazer a força do leão”.

Friedrich Wilhelm Nietzsche, *Assim Falava Zarathustra*

Prefácio

Jane Semeão

*Professora do Departamento de História da
Universidade Regional do Cariri (URCA)*

O município de Juazeiro do Norte, pertencente à região sul do Ceará, ganha mais uma contribuição à sua história. A publicação da monografia de Assis Daniel Gomes, defendida em 2013 no Curso de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), apresenta aos leitores um olhar diferenciado sobre a cidade, a muito acostumada a ser observada a partir de seus aspectos religiosos.

Em seu trabalho, Juazeiro do Norte é tomada em seu processo de crescimento e transformações urbanas entre os anos de 1950 e 1980 – período em que conquista o posto de principal núcleo urbano da região do Cariri. Seu objetivo, mais especificamente, foi o de investigar como o poder público juazeirense, composto por representantes do setor econômico e da intelectualidade local, promoveram a (re)invenção de Juazeiro como “cidade do progresso” procurando desvencilhar-se, nesse movimento, da imagem de “atraso” e “terra dos fanáticos” construída por sua vizinha Crato.

Para tanto, analisou discussões e discursos realizados na Câmara Municipal de Juazeiro, no Instituto Cultural do Vale Caririense (ICVC), textos publicados em jornais e revistas que circularam na cidade e região, leis do município e intervenções urbanas que legitimavam sua representação como cidade progressista. A partir da crítica dessas fontes, estrutura sua narrativa em três capítulos.

No primeiro, e a partir da inserção de Juazeiro do Norte no contexto nacional das migrações, desenvolvimento comercial,

industrialização e políticas desenvolvimentistas que marcaram as ações dos governos federal e estadual entre aquelas décadas, discute como seu crescimento populacional e econômico foi acompanhado por uma inversão de sua representação como bizarra, atrasada e lugar de fanáticos e cangaceiros para a de uma cidade em “constância de desenvolvimento e prosperidade”. (Re-)inventava-se, discursiva e imagetivamente, portanto, uma outra identidade para a cidade – promovida, dessa vez, por seus próprios representantes e enaltecida até mesmo no hino da cidade.

O segundo capítulo, dedicado aos investimentos urbanos promovidos pelos poderes públicos a partir da realização de obras como o aeroporto, o Estádio Romeirão e a estátua de Padre Cícero no Horto, discute como as intervenções urbanas atrelavam-se aos anseios dos que ocupavam posição de destaque na sociedade e alimentavam a imagem de cidade progressista que se construía e era divulgada para além das fronteiras do sul cearense.

O último capítulo, por sua vez, analisa algumas das demandas sociais que se aprofundaram e/ou emergiram no espaço urbano de Juazeiro em função de seu grande e rápido crescimento populacional entre os anos de 1950 e 1980. Nesse sentido, discute as reivindicações de seus habitantes e as ações das autoridades locais no intuito de combater os problemas que ameaçavam a consolidação da imagem de progresso da cidade.

O trabalho de Gomes, fruto de intensa pesquisa e leituras realizadas ao longo de sua graduação, soma-se a outras importantes contribuições para o desenvolvimento da pesquisa histórica na região e, de forma particular, para a historiografia sobre Juazeiro do Norte. Destaca-se, nesse sentido, o duplo deslocamento que realiza em sua abordagem. Em primeiro lugar, por construir uma problemática que ultrapassa os aspectos religiosos em torno da figura do Padre Cícero e da beata Maria de Araújo que, durante décadas, têm dominado a produção histórica sobre o município. Nesse sentido, a cidade de Juazeiro do Norte é tornada objeto de investigação a partir de seu processo

de crescimento urbano, econômico, populacional e de sua (re)invenção como “cidade do progresso”. Por outro lado, trabalha com um recorte temporal que não costuma ser preocupação dos historiadores que se dedicam a contar a história de Juazeiro do Norte – o que se explica, justamente, pelo domínio da temática da religiosidade.

Realizado com dedicação e zelo próprios ao ofício do historiador, o trabalho aqui apresentado, pelas questões e fontes trabalhadas, também se constitui em forte estímulo e inspiração para a construção de outras pesquisas que tomem Juazeiro do Norte como objeto de investigação historiográfica. A temática apresentada e a impossibilidade de aprofundar alguns de seus pontos em função mesmo do caráter monográfico da publicação, constituem-se janelas abertas para outros que queiram se aventurar pelas histórias dessa cidade.

Introdução

A cidade de Juazeiro do Norte está situada no sul do Estado do Ceará, especificamente na região do Cariri. Emancipada em 1911, aos poucos granjeou proeminência nos patamares econômicos e políticos em nível regional e estadual, especialmente entre 1950 e 1980. Mas o período de sua constituição e crescimento que tem auferido maior atenção dos pesquisadores é o recorte temporal de 1889 a 1934, sobressaindo-se em particular as questões religiosas cujos personagens destacados eram Padre Cícero e a beata Maria de Araújo.

Não obstante, a posição que assumimos direcionou esta pesquisa em outra perspectiva, ou seja, saindo do recorte religioso e debruçando-nos em uma periodização mais recente, dando também evidência às transformações urbanísticas que ocorreram entre 1950 e 1980 e à (re)invenção de sua imagem de “*Cidade do Progresso*”.

A “*Terra do Padre Cícero*”, outro nome pelo qual essa cidade é chamada, apresentou um crescimento demográfico significativo a partir dos anos de 1950, suas indústrias artesanais e vida cotidiana foram modificadas gradualmente. Várias ações foram pensadas pelo poder Executivo e Legislativo com o objetivo de representar, por meios de obras, a cidade como progressista.

No campo historiográfico, as novas abordagens, temas e objetos que passaram a ser desenvolvidos pelos historiadores, em especial na segunda metade do século XX, proporcionaram novos olhares sobre a temática *cidade e história*. Para Barros (2007, p. 18), emerge “[...] uma nova tendência a enxergar a cidade a partir de uma multiplicidade de aspectos”, ou seja, econômicos, sociais e culturais. A partir dessa pluralidade, os

historiadores puderam pensá-la como “artefato”, “produto da terra”, “sistema”, “ambiente”, “texto” etc.

Segundo a orientação de Rolnik (1994, p. 16), que vê a cidade como escrita, a sua história poderia ser percebida pelos textos que “a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários)” e da “própria arquitetura urbana” construída ao longo dos anos. Conforme a autora, “a arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social [...]. É como se ela fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases” (*Ibid.*).

Optamos por ver essa urbe por meio das fontes escritas, dessa forma, procuramos analisar os discursos dos poderes públicos que construíram a *Cidade do Progresso* e a edificação de algumas obras que abalizaram a paisagem urbana juazeirense e corroboraram essa imagem nos anos de 1950 a 1980.

Ponderamos que os discursos analisados (re)inventaram a imagem de *Cidade de Progresso* a partir da *Terra do Padre Cícero*. A palavra *inventar* indica uma posição epistemológica e metodológica do historiador diante da construção do conhecimento histórico. Para Albuquerque Júnior (2007, p. 20), “o termo invenção [...] remete a uma dada ruptura, a uma dada cesura ou a um momento inaugural de alguma prática”. Caberia ao historiador, ao buscar as evidências, que “é construção de uma forma de ver”, confrontá-las, classificá-las, fazer recortes, bricolá-las em um esforço narrativo de torná-las compreensíveis (*Ibid.*).

Averiguar a (re)invenção da cidade é compreender que nela se fabricaram vários discursos e que, o que nesta pesquisa enfatizamos, foi construída por eles. Refleti-la é verificar as particularidades dessa construção discursiva feitas pelos poderes públicos e entender como tomou fôlego a partir de 1950, servindo, assim, como justificativa para ações públicas em relação ao seu futuro.

Nesse sentido, não consideramos os discursos aqui analisados sinônimos da verdade, mas erigidos culturalmente e

socialmente por produtores que não estavam alheios ou presos em uma torre dentro de castelos medievais, sem contato humano, no entanto eram *sujeitos posicionados* na sociedade (BARTH, 2000, p. 129). Dessa forma, buscamos perceber os discursos dos poderes públicos imersos em uma relação entre as singularidades da cidade, as intenções de seus autores e o contexto social, econômico e político para além de suas fronteiras.

Esta pesquisa é fruto de nossas posições, escolhas e da tentativa de construir uma história cultural da cidade de Juazeiro do Norte. Decidimos, também, dividi-la em três capítulos.

No primeiro, *Da “Cidade dos Artesãos” à “Cidade do Progresso”*, discutimos os discursos dos poderes públicos que foram construídos na tentativa de (re)inventar uma imagem progressista para Juazeiro do Norte. Destacamos, para isso, a relação do município com o *Projeto Morris Azimov*, com o Instituto Cultural do Vale Caririense (ICVC), a instalação da CELCA (Companhia de Eletricidade do Cariri) na cidade e a imprensa local.

No segundo, *A “Terra do Progresso”: intervenções urbanas em Juazeiro do Norte*, procuramos analisar os melhoramentos urbanos realizados na cidade e como foram justificados nos discursos dos seus gestores. Escolhemos para reflexão a edificação de algumas obras em Juazeiro, como o Aeroporto Regional do Cariri (1954), o Paço Municipal (1965), a estátua de Padre Cícero no Horto (1969), o Estádio Romeirão (1970) e o Centro de Cultura Popular (1971).

No último capítulo, *Novos problemas sociais e urbanos em Juazeiro do Norte: obstáculos ao progresso da cidade*, verificamos que o crescimento demográfico e urbano energizou os seus problemas sociourbanos. Avultamos, outrossim, a questão do transporte público, dos dilemas com o abastecimento de energia e água, ou seja, a sua infraestrutura. A sua dinâmica urbana proporcionou a emergência e a intensificação de problemas sociais, como a mendicância, a pobreza e as “mulheres de vida livre”, e tais questões também foram contempladas nesse capítulo.

Para a realização desta pesquisa, procuramos analisar as seguintes fontes: as atas da Câmara Municipal de Juazeiro, Leis Municipais, jornais, Boletim do Instituto Cultural do Vale Caririense (ICVC) e atas das reuniões do ICVC. Todas podem ser encontradas, respectivamente, na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Memorial Padre Cícero, Centro de Documentação Histórico e Diocesano Padre Antônio Gomes, biblioteca do Instituto Cultural do Cariri e na Universidade Regional do Cariri (URCA).

1. Da “Cidade dos Artesãos” à “Cidade do Progresso”

O progresso de Juazeiro do Norte apoia-se na sua indústria, com o desdobramento de grande número de organizações, a partir de pequenas oficinas, ourivesarias em quantidade apreciável, engenhos de rapadura e casas de farinha e empresas de maior porte, como as usinas de beneficiamento de algodão. (*O Povo*, Ano XXXIV, n. 10.333, 1961, p. 2)

Na matéria acima, retirada do Jornal *O Povo*, a cidade de Juazeiro do Norte foi apresentada como progressista, avultando suas empresas e seu potencial comercial. De acordo com a reportagem, seus resultados financeiros, resultantes da força “fabril”, eram superiores a Cr\$ 190 milhões no início dos anos de 1960. No mesmo texto também se analisou o poder econômico das outras cidades caririenses, destacando-se a posição de liderança da “cidade do Padre Cícero”. Para a reportagem, Juazeiro do Norte foi colocada em “1º lugar” na ordem das cidades detentoras de indústrias no Cariri cearense, ou seja, granjeou o título de maior centro industrial da região. Informa-se, logo em seguida, que as produções agrícolas tomavam nos anos de 1960 o segundo lugar na classificação das principais atividades econômicas da *Terra do Padre Cícero*.

Neste capítulo, procuramos discorrer sobre a construção da imagem de progresso dessa cidade a partir dos discursos dos poderes públicos que, por sua vez, procuraram (re)inventá-la imagética e discursivamente¹. Como seus elaboradores se posicionaram

¹ Segundo Albuquerque Júnior (2006, p. 31), olharmos a construção imagético-discursiva seria tomar as “fontes não como documento, nem como fonte (cont.)”

e demarcaram ações em prol da efetivação dessa imagem? O que a dava substância?

As mudanças territoriais em Juazeiro do Norte, a partir da metade do século XX, tinham ligação com as transformações ocorridas no mundo pós Segunda Guerra Mundial (1945) e a expansão das inovações tecnológicas. Esses eventos possibilitaram o avanço das atividades industriais, o crescimento dos meios de comunicação, de técnicas e artefatos tecnológicos. Tais elementos se desenvolveram depois de 1945 e geraram um processo de modificação no cotidiano das cidades dos países ocidentais, inaugurando uma nova relação do homem com o tempo cronológico.

Para Lohn (2007, p. 307), as várias formulações discursivas e projetos urbanísticos permitiram perceber as cidades além dos traçados das ruas e dos arranha-céus existentes em seu território, como “lugar de disputa e conflito que envolve relações de forças suscitadas por expectativas sociais”. Para ele, nas cidades do Brasil, nos anos de 1950, aconteceram intervenções “nacional-desenvolvimentistas” impulsionadas pelo plano econômico nacional.

No país, a partir da década de 1950, iniciava-se um novo processo de industrialização, diferente do que ocorreu no século XIX. Com o investimento em sua urbanização, ao longo dos anos pós-1950, os camponeses e moradores de algumas cidades pequenas do Brasil principiaram a buscar em seus centros econômicos melhores condições de vida. Pleitearam, também, a ida às grandes cidades detentoras de polos industriais, pois pensavam que nelas teriam maiores vagas de trabalho.

(cont.) de prova, mas tomá-las como material de trabalho, como monumentos a serem destruídos e reconstruídos, ou seja, construímos os parágrafos com enunciados e imagens retiradas dos próprios textos em análise, tomando-os para nós, utilizando-os como nosso, pelo método de bricolagem e de torção, dessacralizando essas fontes, pondo estes enunciados para funcionarem de outro modo”.

Nos anos de 1950 esses espaços urbanos foram identificados como territórios do progresso e promessa. Essa imagem contribuiu para atrair pessoas para algumas localidades brasileiras e, conseqüentemente, um *boom* em seu processo de migração interna. Por exemplo, algumas capitais receberam, nessa época, milhares de trabalhadores e camponeses do *Nordeste*. Essa migração era motivada pelo desejo de uma vida melhor no utópico sonho citadino da prosperidade. Segundo Brito (2009, p. 13),

No Brasil os fluxos migratórios, que contribuíram para consolidar o sistema das cidades, intensificaram-se com o desenvolvimento da economia e da sociedade, entre 1950 a 1980. Não só eram necessários para economia urbana industrial que se expandia principalmente no Sudeste, como transferia maciçamente população das áreas agrícolas tradicionais, estagnadas ou não, para as regiões urbanas.

O foco principal das migrações internas, que ocorreram no país nos anos de 1950 a 1980, foi a região Sudeste, especialmente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Todavia, não apenas esses centros econômicos do país aumentaram sua demografia, ocorrendo o mesmo fenômeno, porém em menor intensidade, em algumas capitais do *Nordeste*, como Fortaleza.

Juazeiro do Norte, embora não possuísse a titulação de capital e nem porto de escoação das produções, nessa época conseguiu ter um aumento populacional importante em relação ao Nordeste, derivado da migração interna. Segundo matéria intitulada “um conselho para o desenvolvimento”, publicada no *Jornal Gazeta de Notícias* (Ano XLIII, nº. 12.228, p. 3)² no dia 1º

² *Jornal Gazeta de Notícias*, matutino diário, foi fundado em Fortaleza em 1927. Segundo Silva Filho, esse jornal era “[...] de formato e proporção [...] modestas, trazia matérias menos laudatórias que o Unitário e o Correio do Cariri, e por vezes buscava indicar uma postura de isenção no tocante aos assuntos abordados” (2000, p. 19). A matéria “Um conselho para o desenvolvimento” (cont.)

de novembro do ano de 1969, as *migrações internas* ocorridas em Juazeiro do Norte

[...] ainda hoje continuam incessantemente, ora motivados pela curiosidade mística, ora pela forma exagerada de uma prosperidade urbana que inexistia como tal, mas que avulta a qualquer curioso de nossa sociologia como ameaça de um processo de marginalização em marcha acentuada até que um desenvolvimento efetivo e real possa estancá-lo, alargando o mercado de mão-de-obra e oferecendo oportunidades de ocupação digna e honesta.

A citação acima nos forneceu indícios de três fatores, o primeiro era a mudança do intuito das migrações, ou seja, elas não estavam apenas acontecendo por causa da fé do povo em Padre Cícero, como ocorreu entre os anos de 1889 e 1940. Em segundo lugar, a divulgação de uma imagem de “prosperidade urbana” que, segundo a matéria, não existia efetivamente. E por fim, o inchamento do espaço urbano, a criação de lugares e pessoas consideradas “marginais” no processo de crescimento da cidade.

O ano de 1889 foi um marco para o início do crescimento populacional do vilarejo, pois a partir daquele momento se efetivaram vários focos de peregrinação dos sertanejos ao *Joazeiro*. Para parte deles, o propósito era ver e presenciar o *suposto milagre*³ da beata Maria de Araujo. Essa força de atração se

(cont.) foi retirada de uma “edição especial” publicada em homenagem a cidade de Juazeiro do Norte no ano de 1969.

³ O “suposto milagre” ocorrido em 1889 no povoado de “Joazeiro”, interior do estado do Ceará, teve como personagens principais a beata Maria de Araujo e o Padre Cícero Romão Batista (sacerdote católico responsável pela capela de Nossa Senhora das Dores). Segundo alguns inquiridos do processo de verificação da Igreja, em todos os momentos que a beata Maria de Araújo recebia a “hóstia Consagrada”, a “Partícula” da comunhão se (cont.)

fundamentava na busca pelos sertanejos nordestinos de respostas que suprissem as suas carências espirituais, morais e físicas. Com o crescimento demográfico, a localidade começou a ganhar prestígio e força político-econômica, chegando ao momento em que os seus moradores, pela orientação de Padre Cícero Romão Batista e Dr. Floro Bartolomeu⁴, reivindicaram sua emancipação política. Em 1911, através de acordos e lutas travadas entre a imprensa Cratense (*Jornal Correio do Cariry*⁵) e de “Joazeiro” (*Jornal O Rebate*) e em consonância com os líderes políticos dos dois municípios, o povoado se emancipou do Crato. A tabela adiante demonstra o aumento populacional dessa localidade dos anos de 1872 até 1940, ou seja, ano que supostamente o Padre Cícero chegou ao lugarejo e pós-morte daquele que foi considerado um dos grandes responsáveis pelo seu crescimento.

*População de Juazeiro do
Norte (1872-1940)*

<i>Ano</i>	<i>População</i>
1872	2.000
1909	15.050
1940	38.145

Fonte: IBGE.

(cont.) transsubstanciava em sangue na sua boa. As várias manifestações ocorridas, nessa mulher, foram consideradas milagres, por alguns sertanejos, isso acabou incentivando um processo de peregrinação e migração de pessoas das variadas regiões do “Nordeste” para o vilarejo no final do século XIX e início do XX.

⁴ Floro Bartolomeu nasceu em Salvador em 1876 e era formado em medicina pela Faculdade da Bahia. Ao chegar a Juazeiro em 1908, conheceu o Padre Cícero e iniciou, logo em seguida, com o apoio do sacerdote, sua vida política na localidade e no estado do Ceará, por exemplo, foi deputado estadual do Ceará e federal. Fora, também, um dos líderes do movimento chamado “Sedição de Juazeiro” ocorrido em 1914.

⁵ Criado em 1904 na cidade do Crato.

A partir dos dados acima, percebe-se que a migração ocorrida no povoado deu-se de forma gradual, crescendo em 35 anos (1872-1909) aproximadamente 13.050 pessoas⁶. O crescimento populacional percebido entre 1872 e 1909 se avultava pela fé no *Padim Ciço* e no *Joaseiro*. Depois da morte de Padre Cícero⁷ em 1934, a cidade começou a receber com intensidade a chegada dos peregrinos que vinham realizar as suas práticas de fé e devoção ao sacerdote.

Juazeiro do Norte, nas décadas de 1930 a 1940, cresceu em população, organizando o comércio e artesanato, investido e realizado pelos trabalhos dos adventícios e naturais da terra. Todavia, o aumento econômico de alguns imigrantes na cidade possibilitou-lhes galgar posições de prestígio na administração pública, empresas artesanais e comércio. Por causa disso, foram construídas imagens desse espaço urbano como “terra dos estrangeiros” e “cidade dos artesãos”.

A partir dos anos de 1950, verificamos o início da (re)invenção da “imagem do progresso da cidade”, intensificando-se nas décadas posteriores. Desde 1909, período em que os intelectuais e a elite comercial juazeirense lutavam para a emancipação política de *Joaseiro*, se colocava como justificativa, para esse desligamento da cidade do Crato, o progresso do lugarejo. Esse discurso imagético se pode visualizar nas matérias do *Jornal O Rebate*⁸ feitas em 1909 a 1910. A (re)invenção da imagem

⁶ Obtivemos este resultado de aproximadamente 13.050 pessoas a mais na cidade, diminuindo da quantia existente em 1909, 15.050, as 2.000 que a localidade possuía em 1872.

⁷ Nasceu na cidade do Crato - CE em 24 de março de 1844, e foi o primeiro prefeito da cidade de Juazeiro do Norte em 1911, estando nesse cargo até 1927.

⁸ Na região do Cariri cearense o povoado de “Joaseiro”, segundo Araujo (2005), tinha chegado a um crescimento econômico que tomava lugar de destaque na contribuição de impostos em relação às cidades caririenses. (cont.)

do progresso de “Joaseiro”, na década de 1950, deu-se a partir de uma naturalização desse processo, colocando a cidade como predestinada desde seu nascedouro ao progresso. Nesse sentido o *Jornal do Cariri* (ano II, n.º. 56, 1951, p. 1)⁹ afirmava que:

JUAZEIRO É UMA TERRA QUE PROGRIDE NATURALMENTE, A CUSTA DOS SEUS PRÓPRIOS RECURSOS, ao que concordamos plenamente. Mas o que, de fato, consideramos interessante foi o seu desvanecimento, ou melhor, o entusiasmo de que se acha possuído em colaborar conosco, com os poderes públicos e as classes conservadoras deste Município, por tudo aquilo que possa trazer melhores benefícios para o povo juazeirense.

Os poderes públicos e a elite juazeirense, chamada pelo *Jornal do Cariri* de “conservadora”, atuavam em várias instâncias para valorizar a “Terra do Padre Cícero” e propagar suas conquistas. A primeira tarefa dessa empreitada era combater o estigma de “terra dos fanáticos” que ainda maculava a imagem da cidade. Os discursos dos poderes públicos e da elite juazeirense

(cont.) Ainda de acordo com a autora, o *Jornal O Rebate* (fundado em 1909) veio incrementar e afirmar o progresso do lugarejo, seu “ideário de prosperidade” e “propagar o ideal de desenvolvimento”. Esse periódico possuía uma publicação semanal e congregava em seu cargo de redator-chefe o Padre Joaquim de Alencar Peixoto e o senhor Felismino de Alencar Peixoto. Para a publicação de matérias, aceitavam-se os artigos “de religião, sciencia, litteratura”. (*O Rebate*, ano I, n.º. 1, 1909, p. 01). A missão desse periódico era “trabalhar pelo ideal das letras, da religião, da pátria e da humanidade, sem se envolver com a politicagem que tudo avilta e rebaixa, eis, em poucas palavras, o programa d’O REBATE, eis a nossa missão. Cumpri-la-emos” (Idem, p. 01).

⁹ *Jornal* fundado no dia 23 de junho de 1950 na cidade de Juazeiro do Norte. Ele tinha como pretensão ser o “arauto das aspirações carirenses” e diretor Dr. Antonio Conserva Feitosa (Chefe do Partido Republicano no Sul do estado do Ceará). Não identificamos a data do seu último número.

eram irônicos e nitidamente hostis às ideias e ideais propalados e construídos pela elite cratense, que elaborou para o Crato a imagem de “cidade da cultura”. Para isso, segundo Cortez (2000, p. 67), os “especialistas da cultura” cratenses teceram teses que demonstrassem o “adiantamento cultural” do seu “torrão natal” em relação às outras cidades da região do Cariri, especialmente Juazeiro do Norte. Reforçando a tese, a mesma cita que

[...] superando o poder econômico do Crato na região e constituindo um forte poder de barganha política junto aos governos estaduais e federal, Juazeiro elaborou para si os adjetivos de “cidade da fé e do trabalho”, “metrópole econômica”, mas nunca pôde ser adjetivada de cidade civilizada ou culta. Esses foram atributos do Crato, estratégias discursivas com as quais os “especialistas da produção cultural” passaram a defender, conscientemente, a superioridade do Crato na região, à medida que Juazeiro a superava no plano econômico e político. (*Ibid.*)

Os juazeirenses, lutando para superar a imagem de “terra dos fanáticos” construída pelos intelectuais do Crato, entraram em confronto com membros da elite dessa cidade. Em matéria da revista *Itaytera* (Ano I, nº. 1, p. 37)¹⁰ produzida pelo padre

¹⁰ Revista criada em 1955 pelo Instituto Cultural do Cariri (ICC). Ao fundar esse periódico, o ICC procurou definir o lugar de atuação desse veículo de comunicação, que era a “defesa intransigente da região caririense” (ITAYTERA, ano I, nº. 1, 1955, p. 02). Apesar de afirmarem o propósito de pensarem a região, percebeu-se em seus primeiros volumes um enaltecimento, defesa e maior ênfase nos elementos cratenses em relação às outras cidades do Cariri. Segundo Semeão e Gomes (2011, p. 05), “nenhuma outra “sociedade civil”, entre os anos 1950 e 1970, angariou para si, tanto prestígio e visibilidade quanto o ICC. A razão reside no fato da instituição ter se tornado local de produção da história, memória e identidade da região”.

Antônio Gomes de Araujo¹¹ em 1955, vimos reforçada a ideia de superioridade cratense a partir da legitimação da imagem do Juazeiro do Norte como “terra dos fanáticos”. Segundo o sacerdote:

Tudo se explica, entretanto, à luz do conceito, exato, certa vez emitido pelo saudoso Cardeal Leme, ex-arcebispo do Rio de Janeiro: “O catolicismo no Brasil só teme um inimigo: a ignorância de sua doutrina”. No caso de que se trata essa ignorância é total, na população leiga. *Daí a PADRECICERIZAÇÃO ou JUAZEIRIZAÇÃO, supersticiosa, sempre crescente, de parte ponderável da população nacional, de que é exemplo a cidade de meu berço, até 1940 imune de tal anomalia religiosa grosseira, mas já hoje por ela atingida em pessoas descendentes de tradicionais elementos categorizados de terra* (grifos nossos).

As produções de alguns intelectuais, divulgadas dentro do país na década de 1920 sobre a localidade, serviram como mais um elemento que legitimava a postura cratense em relação a Juazeiro do Norte. Destacaremos duas obras que divulgaram a sua imagem como fanática e formada por ignorantes. A primeira foi o conjunto de reportagens escritas por Paulo de Moraes Barros¹² e publicadas no *Jornal O Estado de São Paulo* (1922), especificamente, na coluna intitulada as “Impressões do Nordeste”.

¹¹ Sacerdote católico, nasceu em Brejo Santo - CE em 1900 e faleceu em 1989. Foi professor do Seminário São José do Crato e de vários colégios da cidade, como o Diocesano. Ocupou, também, a cadeira de docente do curso de História da Faculdade de Filosofia do Crato. Foi um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri (1953) e da Revista Itaytera (1955).

¹² Nascido em Piracicaba - SP, foi médico sanitarista e político brasileiro, atuou como Deputado Federal e Senador, por exemplo. Veio ao Juazeiro em 1922 em seu trabalho de observar o Nordeste, publicando suas impressões no mesmo ano.

Para Albuquerque Júnior (2006, p. 44), a ida ao Nordeste desse intelectual já possuía uma meta definida, ou seja, a de legitimar a superioridade do Sul em relação ao Norte. Para corroborar e exemplificar a suposta “inferioridade racial” da região Norte, ele visitou e construiu matérias sobre o “Joaseiro do Ceará”. Segundo Monarcha (2002, p. 13), Barros foi o primeiro a produzir uma narrativa negativa em nível nacional e que atrelava a cidade de Juazeiro do Norte a uma imagem de fanatismo, atraso e bizarrice.

Em resposta ao discurso do jornalista, Dr. Floro Bartolomeu redigiu a obra *Joaseiro e o Padre Cícero* (1923). Nela buscava derrubar a tese de que “Juazeiro era uma cidade de fanáticos e cangaceiros” e enaltecia a cidade dos peregrinos e do Padre Cícero. Já como reação a obra de Floro em 1926, Lourenço Filho¹³ escreveu *Joaseiro do Pe. Cícero: Scenas e quadros do fanatismo no Nordeste*, como resultado de sua observação do Juazeiro no ano de 1922.

Lourenço Filho se pautava por uma visão naturalista na construção do texto, destacando a natureza e os dilemas ambientais como essenciais no processo de formação do homem do sertão brasileiro. Ele também reforçou e construiu mais elementos para a manutenção das imagens negativas da *terra do Padre Cícero*. Para Lourenço Filho, essa cidade era uma desordem, não possuía instrumentos básicos para a sobrevivência digna da

¹³ Lourenço Filho nasceu no interior de São Paulo no dia 10 de março de 1897, educador brasileiro, participante ativo no movimento dos pioneiros da Escola Nova (1932) e bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo (1929). Em 1922 foi convidado pelo governo do Estado do Ceará a assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública, como também lecionar na Escola Normal de Fortaleza. As reformas realizadas, por ele, no Ceará em relação a educação do Estado repercutiu no país, sendo considerada as primeiras sementes de um movimento de renovação pedagógica no país no século XX, participou, também, das Conferências Nacionais de Educação de 1927 e 1928, respectivamente em Curitiba e Belo Horizonte.

população ali existente, e era também um reduto de atraso intelectual. Além disso, segundo ele, os dados disponíveis para Barros sobre as 82 escolas existentes na cidade de Juazeiro não passavam de uma mentira, pois Fortaleza, capital do estado e possuidora de cem mil habitantes em 1922, somente possuía 28 instituições educacionais. Como, então, Juazeiro teria 82 escolas? Conforme Filho (1926, p. 142),

Juazeiro é um índice do absoluto empirismo com que têm agido governantes em face dos maiores problemas sociais do país. Incapazes de prevenir os males naturais a que aquelas terras estão sujeitas, não só tem errado, muitas vezes, mas tripudiados sobre a ignorância e a miséria, procurando colher, sobre caso tão clamoroso, proventos pessoais.

Seu trabalho de mapeamento e cadastro das escolas de nível primário no estado do Ceará, promovido em 1922 pela Diretoria de Instrução Pública, foi impedido de ser feito em Juazeiro. Segundo ele, o censo não pode acontecer porque “Padre Cícero Romão, como Prefeito Municipal, não só se desinteressou da questão: proibiu que ali se efetuassem as indagações necessárias!” (*Idem*, p. 150).

Os poderes públicos e a elite da cidade se viram desconfortáveis com esses discursos construídos na década de 1920, pois divulgavam o Juazeiro do Padre Cícero como um lugar de atraso e terra de fanáticos. Malgrado tais imagens, divulgadas especialmente pela elite cratense, os intelectuais juazeirenses se esforçaram em demonstrar que as condições da cidade tinham mudado nos anos 1950, pois naquele momento algumas questões específicas fortaleciam essa urbe e sua imagem de progresso que no recorte dos anos 1920 não existiam¹⁴.

¹⁴ A paisagem urbana de Juazeiro do Norte na década de 1920 era de uma cidade pequena, com a maioria de suas casas simples, com um número pequeno (cont.)

A partir dos anos de 1950, os grupos políticos e intelectuais da cidade foram inquietados a tomar uma posição não apenas discursiva sobre o progresso da cidade, mas a buscar consolidá-lo com ações mais efetivas na cidade, dando-lhe assim uma nova visibilidade no cenário local e estadual. No início daquela década, a Câmara Municipal discutiu no dia 12 de janeiro de 1950 o assassinato do Monsenhor Joviniano Barreto¹⁵, que ocorreu no lançamento da pedra fundamental no local que se planejou construir a Igreja de São Francisco de Assis.

O assassino, chamado por um dos vereadores de “monstro criminoso”, alegava que era necessário matar o padre e que esse ato praticado por ele foi “a mando de Deus”. Os vereadores, perplexos com o acontecimento, que poderia servir como mais um elemento para reforçar a imagem de Juazeiro como “cidade dos fanáticos”, solicitaram uma nota de esclarecimento e de condolências aos familiares do morto. Isso nos possibilitou perceber a preocupação dos poderes públicos com boatos que estavam sendo

(cont.) e ruas sem nenhum tipo de calçamento. Segundo a percepção de Lourenço Filho (1926), quando visitou a cidade em 1922, dois cenários nela era visível: 1- “[...] as habitações quase todas se copiam por fora, em muros mal-acabados despídos, ordinariamente, de qualquer intenção estética, como se parecem no interior, pobríssimo e imundo” (1926, p.40), ruas sem calçamento e condições sanitárias precárias; 2- “[...] há um outro pequeno Juazeiro abro-lhando no seio desse arraial sórdido e miserável, sem Higiene e sem trabalho, abrigo de peregrinos e de cangaceiros de pior espécie, de doentes e malucos. É um verdadeiro milagre em tal moldura, mas existe. Duas ou três ruas – a “do Padre Cícero”, a “de São Pedro” e a “Rua Nova” – são calçadas a pedra bruta e dão-se ao luxo de ter alguma coisa parecida com passeios laterais, sobrado, casas com platibandas, “Jacarés” salientes e numeração mais discreta. Habitações há de relativo conforto e casas comerciais de boa aparência” (1926, p.42).

¹⁵ Nasceu em 1889 no município de Tauá- Ce, morreu no dia 06 de janeiro de 1950 e foi um dos líderes do projeto de construir no Cariri cearense uma religiosidade católica ortodoxa. Por isso, fora contra as atitudes de Padre Cícero que favorecia a religiosidade popular.

espalhados por alguns intelectuais da vizinha cidade do Crato sobre a índole dos juazeirenses. Os vereadores procuraram fazer um ato de repúdio à prática do assassino e enfatizam a inocência dos habitantes dessa localidade, cabendo à culpa desse ataque somente ao “tarado-criminoso” e que ele não representava os desejos dos “filhos de Juazeiro” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 12 de Janeiro de 1950, p. 10a).

Percebemos que essa prosperidade e progresso careceriam ser mantidos e trabalhados pelos poderes públicos, fossem os que estavam no mandato ou os que viessem no futuro. O trabalho, destarte, para a consolidação desse discurso era buscado e cobrado pela elite financeira e intelectual da cidade, como também pelos políticos de nível municipal ou estadual. O discurso de posse dos vereadores e do prefeito José Monteiro de Mâcedo, publicado no *Jornal do Cariri* (Ano I, nº. 30, p. 2) em 11 de Fevereiro de 1951 e proferido pelo secretário da prefeitura Newton Machado, demonstrava suas expectativas para os anos de atuação desses representantes no legislativo e executivo municipal:

Recebei, pois, senhor deputado estadual, senhor prefeito e senhores vereadores a expressão mais sincera de nossas felicitações. Que Deus, a SUPREMA e ETERNA VERDADE, ilumine os vossos passos, com a luz da justiça da lealdade e da honradez, afim de que surja no horizonte do porvir outra festa talvez mais esplendorosa do que a de hoje, a festa de uma grande cidade engalanada em diversas manifestações de riquezas mil, onde reinaram a paz, a ordem e o progresso.

Os poderes públicos juazeirenses construíram a sua imagem de prosperidade através da construção de obras e alguns projetos em prol de organizá-la, já que nela o crescimento demográfico se tornava visível com o aumento residencial, de logradouros e ruas. Almejando propagar a imagem da *cidade em marcha* ao progresso, procuraram agenciar o pacto entre os

poderes municipais, estaduais e federais na promoção de ações que a fortalecessem. Para Macedo,

Confiantes de que nosso país, sob a diretriz de GETÚLIO VARGAS, de que o nosso Estado Com RAUL BARBOZA e de que a nossa cidade com a representação de CONSERVA FEITOZA e a administração de José Monteiro, atingirão os pontos visados pela esperança de todos nós, brasileiros e amantes de sua terra, prontos, que sempre estamos a defender a sua integridade, a sua honra e liberdade. (*Ibid*)

A produção dos discursos e ações pelos poderes públicos de Juazeiro do Norte, entre 1950 e 1980, também foi permeada pelos ideais da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1955-1960). O espaço urbano juazeirense, nesses anos, passou a ter uma fisionomia diferenciada, pois o crescimento demográfico causou uma maior precarização dos serviços públicos, levando os munícipes a impugnarem e solicitarem melhorias, por exemplo, a necessidade do transporte urbano. Em matéria publicada no *Jornal do Cariri* no dia 14 de janeiro de 1951, intitulada “Juazeiro, carece de transportes urbanos: uma sugestão aos capitalistas e proprietários de ônibus”, evidenciava-se a imagem de progresso e de prosperidade da terra do Padre Cícero e a urgência da implantação de seu transporte coletivo. Destacava-se, assim, seu crescimento urbano, demográfico e a urgência de transporte urbano para o deslocamento dos operários e outros grupos dentro dos espaços urbanos juazeirenses.

Recebemos de um leitor desta cidade, um escrito em que o signatário põe em evidência todo o seu ardente amor a terra onde nasceu, mostrando-se interessado pela *solução dos muitos problemas* que afetam a vida juazeirense e conclamando homens de boa vontade e boa “gaita”, para tomarem a peito as suas soluções. É um trabalho extenso que deixamos de

publicar por falta de espaço, mas resumo na parte a que se refere à criação de uma linha de ônibus circular para atender aos que batem perna pela *maior cidade do interior cearense*. Diz o *vontadoso juazeirense*, que a *nossa cidade pela população, pela área que ocupa, pelo movimento comercial e industrial que acarreta a deslocação diária de milhares de operários, comerciários, estudantes etc., desde há muito tempo está a exigir um sistema de transporte urbano capaz de facilitar a locomoção dos seus habitantes*. Cita o fato aberrante de um automóvel exigir para rodas até a estação ferroviária, a quantia excessiva de CR\$ 30,00. Na verdade, os carros de praça estão prosa. A exploração é simplesmente injustificável. Uma linha de ônibus seria a solução. (*Jornal do Cariri*, Ano I, nº. 26, 1951, p. 1, grifos nossos)

Dessa forma, a reivindicação pelos avanços nos serviços do transporte público exemplifica alguns problemas derivados do aumento demográfico e da necessidade de locomoção urbana sentida pelos habitantes da cidade, em especial no percurso de suas casas ao trabalho, feiras e Igrejas. Para os poderes públicos, apesar de possíveis dilemas que atingiam a imagem da terra do Padre Cícero, a sua exuberância e fortaleza continuariam a promover a atração das pessoas e o seu comércio continuaria a crescer, pois estava “fadada a ser a maior cidade e a mais bela do interior do Ceará” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 12 de Agosto de 1966, p. 3a).

Em 1964, o país entrou no regime ditatorial militar, iniciando-se a construção de um processo chamado *o milagre brasileiro* (1968-1973), em que algumas cidades brasileiras procuraram se industrializar. Ao glosar o progresso das urbes do Brasil, o colunista Possidônio Bem¹⁶, enaltecendo a por ele denominada

¹⁶ Possidônio Bem era pernambucano e médico. Chegou a Juazeiro do Norte em 1941 para fincar moradia e assumir a chefia do Posto de Tracoma. O motivo (cont.)

“*revolução de 1964*”, enfatizou na matéria “Uma cidade em marcha”, publicada no *Jornal Cicerópoles* em 1976, os resultados provenientes depois dessa *revolução*¹⁷ no país. Afirmando que ela tinha conseguido “um prodígio de integração” (*Cicerópolis*, Ano IV, n.º. 4, 1976, p. 3), tal discurso transmitia as posições sociais desse homem e sua relação com o poder político e militar da época.

Bem avivou a imagem do *milagre brasileiro* e o *progresso* adquirido por algumas cidades do país. Em sua escrita, todavia, ele não somente permaneceu no panorama das grandes cidades do Brasil, como São Paulo. Narrou, também, algumas de suas memórias quando se abeirou ao município de Juazeiro¹⁸ em 1941 até 1976. Enalteceu a marcha econômica e populacional de Juazeiro ocorrida na década de 1960, mas clarificou que tal desenvolvimento, apesar de comparável com alguns centros urbanos brasileiros que o vivenciaram nos anos de 1964 a 1974, devia levar em conta as suas peculiaridades. Para ele,

[...] não podemos estabelecer paralelo de igual para igual com as cidades do Sul do país que crescem a olhos vistos em curto

(cont.) que o trouxe para a cidade não era religioso, pois nem conhecia a história de “Juazeiro e Padre Cícero”, e sim profissional. O que o atraiu para a cidade foi a sua imagem de progressista, ou seja, para ele “Juazeiro do Norte se mostra uma cidade moderna”. (*CICERÓPOLIS*, Ano IV, n.º. 4, 1976, p. 03).

¹⁷ Conforme Silva (2012, p. 22), “o uso da expressão ‘revolução’ fazia parte da disputa simbólica e política que militares e civis envolvidos com a ditadura procuravam empreender em defesa do governo ditatorial”.

¹⁸ A cidade Juazeiro do Norte nos anos de 1960 a 1980 no quadro de gestores do município os seguintes prefeitos: Humberto Bezerra de Menezes (1963-1966); Orlando Bezerra de Menezes (1966-1967); Edward Teixeira Ferrer (1966-1967); José Mauro C.B. Sampaio (1967-1970); José Teófilo Machado (1970-1971); Mozart Cardoso de Alencar (1973-1975); Francisco Erivanio Cruz (1975-1977) e Ailton Gomes de Alencar (1977-1983).

lapso de tempo, graças ao fator econômico e aos incentivos generalizados. Dentro, porém das condições precárias e da penúria econômica do Nordeste, nossa cidade cresce e evolui em ascensão empolgante, a ponte de merecer o honroso título “CIDADE QUE MAIS CRESCE NO CEARÁ” (*Cicerópoles*, Ano IV, nº. 4, 1976, p. 3).

A sua imagem do progresso era realçada também nos momentos de comemoração do seu aniversário. Nessa data significativa, os discursos dos poderes públicos destacavam as conquistas da municipalidade, prioritariamente aquelas que demonstrassem a marcha progressista juazeirense. As matérias publicadas nos jornais locais e estaduais possuíam colunas ou edições especiais destacando os aspectos históricos, geográficos e econômicos da localidade no dia 22 de julho de cada ano.

Exemplificando esse momento, temos a publicação, no *Jornal O Povo*, de uma edição em homenagem ao aniversário da cidade em 1961, intitulada “Comemorando meio século de autonomia: Juazeiro do Norte, a cidade que faz o Ceará tremer”. Nela se realizou um apanhado histórico e econômico sobre essa cidade. Para realizá-la, foi convidado Waldery Uchôa¹⁹; para ele, “com a abertura de escolas, desenvolvimento do comércio, criação de elite e sociedade local distinta, Juazeiro transformou-se da noite para o dia” (*O Povo*, Ano XXXIV, nº. 10.333, 1961, p. 1).

Nos discursos dos poderes públicos sobre os 50 anos de emancipação política do município emergiam as memórias e imagens dessa cidade do progresso. Elas eram demonstradas através dos dados estatísticos sobre o crescimento das fábricas,

¹⁹ Nasceu em Canindé, foi advogado, professor e deputado constituinte. Ocupou a vice-presidência da Confederação Nacional dos Prefeitos e Vereadores do Brasil, da Associação Brasileira do município, membro do Instituto do Ceará, Associação Brasileira de Escritores, Academia de Letras do Amapá e do Instituto Cultural do Cariri (ICC).

escolas, populacional e o melhoramento dos serviços urbanos. As efemérides da história de Juazeiro fluíram de seu caldeirão das lembranças, como também algumas metáforas que davam visibilidade à ideia de prosperidade urbana e as particularidades de seu espaço urbano. Para o governador do estado do Ceará, José Parsifal Barroso²⁰, em uma manchete saudou o povo de Juazeiro pelo seu aniversário, ao tomar para si a responsabilidade de transmitir e interpretar

[...] o próprio pensamento do povo cearense, dirijo-me aos juazeirenses, com grande emoção, para dizer-lhes que todo o Ceará acompanha, de perto, pelo coração, a alegre que invade a alma de todos aqueles que trabalham e cooperam pela grandeza dessa terra, que hoje surge aos olhos de todo o Ceará como aquela que mais acentuado índice de progresso civilizador apresenta, no esforço formidável que a fez transformar-se na capital do artesanato nordestino. No dia de hoje, em comunhão com o sentimento do povo de Juazeiro, ergo o meu pensamento a Deus, pedindo-lhe que, na sua bondade, favoreça com suas bênçãos a gente laboriosa e progressista da terra do Padre Cícero, de modo a que Juazeiro possa sempre projetar-se na senda vertiginosa desse dinâmico progresso, por mim tantas vezes louvado e ao qual tenho dado sempre a minha contribuição (*O Povo*, Ano XXXIV, nº. 10.333, 1961, p. 4).

Além dessa imagem de progresso enaltecida pelos poderes públicos locais e do estado também era denominada de “Cidade-cogumelo”, aquela que cresceu “da noite para o dia”, além de

²⁰ Nasceu em Fortaleza em 1913 e morreu em 1986. Foi advogado e jornalista, ministro do trabalho, Indústria e Comércio no Governo de Juscelino Kubitschek em 1956 a 1958, ministro interino da Agricultura de 27 de setembro a 3 de outubro de 1956 e governador do Ceará de 1959 a 1963.

ser qualificada como a “mais famosa concentração urbana do interior nordestino” (*Idem*, p. 3). Essa cidade, em 1961 reavivou várias imagens em “seu longo rosário de Galardões”, vistos como resultado de grandeza e enaltecimento de sua municipalidade. As imagens, por sua vez, tinham vinculação com o crescimento populacional, a atividade econômica (artesanal, comercial e industrial) e o aspecto religioso, como “cidade dos artesãos” e “Meca do Cariri”.

Ainda comentado os discursos construídos sobre o aniversário dos 50 anos de emancipação política de Juazeiro do Norte, destacamos uma matéria construída por Montenegro²¹. Ele buscou destacar a história dessa cidade, as memórias de sua infância e as novidades previstas para ela com a implantação de uma companhia elétrica, ligada, por sua vez, à Hidrelétrica de Paulo Afonso (CHESF) no início da década de 1960. Em suas lembranças ficaram realçadas sua primeira ida a essa “Cidade-Meca” em 1929, quando tinha 17 anos. O autor destacou ainda os “frutos do artesanato juazeirense” e as mudanças que a cidade e a economia iriam passar com a instalação da energia de Paulo Afonso. Em suas previsões e expectativas, demarcou a chegada dessa força como aquela que separaria a “cidade religiosa” da “cidade industrial”, como também a fomentaria. A “marcha do progresso”, conforme o mesmo, não deveria tirar do coração dos juazeirenses a gratidão ao fundador da cidade, que era Padre Cícero.

²¹ Montenegro nasceu na cidade de Crateús-Ce (1912) e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará. Em 1950 iniciou o exercício de professor universitário na Faculdade de Ciências Econômicas da UFC, tornando-se efetivo em 1957. Membro das seguintes instituições: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará, Associação Cearense de Imprensa, Associação de Professores do Ensino Superior do Ceará, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, Academia Paulista de Letras e Instituto Cultural do Vale Cariariense (ICVC).

As luzes do progresso e da energia eram colocadas, portanto, como instrumento de eliminação da ignorância e fanatismo existentes nessa terra. De acordo com Montenegro, o Cariri já tinha vencido “a fase aguda do desbragado caudilhismo político” e que não se poderia negar que “Juazeiro é um diamante que se vem lapidando satisfatoriamente” (*Ibid.*).

Portanto, a CELCA (Companhia de Eletricidade do Cariri), ao se instalar em Juazeiro no dia 22 de julho de 1961, mudou o seu cenário e da atividade industrial realizada em seu território. A instalação da empresa elétrica de Paulo Afonso forneceu os meios para a utilização de recursos e instrumentos tecnológicos que puderam favorecer uma maior intensificação da produção. A fundação da empresa energética foi, assim, um marco para o progresso da região do Cariri e em especial da terra do Padre Cícero, ou seja, era “inegável o crescimento industrial juazeirense após a chegada da CELCA” (*A Ação*, Ano XXVIII, nº. 1.210, 1967, p. 4). A inauguração da CELCA ocorreu na mesma data em que essa cidade comemorava seu cinquentenário e se construiu a praça cinquentenária²² para marcar essa data festiva.

A sua imagem do progresso estava embasada, entre os anos de 1950 a 1980, por grandes obras estruturais provenientes das emendas internas e empréstimos internacionais que apoiavam projetos em prol de seu desenvolvimento, por exemplo, providas da USAID²³.

²² Ela foi destruída para se edificar em seu lugar o Memorial Padre Cícero, arquitetado por Oscar Niemeyer e inaugurado em 1988.

²³ Segundo Fico (2008, p. 27), com o lançamento pelo governo estadunidense do projeto “Aliança para o Progresso” em 1961 fora visto como “mais um programa de ajuda convencional” e “parceria de mão dupla”. Portanto, para ele, “a administração da Aliança seria confiada à Agência para o Desenvolvimento Internacional (*U.S. Agency for International Development - USAID*), que, no final de 1961, estava apenas começando suas atividades, pois em setembro, o Congresso norte-americano havia reorganizado todos os programas de assistência externa até então existentes, inclusive (cont.)

No ano de 1968 se compôs o hino de Juazeiro, escrito pelo artesão e intelectual Geraldo Menezes Barbosa, que uniu a ideia de progresso e as esperanças da manutenção da imagem de prosperidade urbana à vinculação religiosa da fundação da cidade e as expectativas futuras do município. A personagem lembrada e enfatizada na letra era o Padre Cícero, considerado um dos principais incentivadores do desenvolvimento juazeirense. A importância dele era enaltecida pelas ações realizadas em suas gestões como prefeito dessa cidade (1911-1927) e suas orientações espirituais até sua morte em 1934.

*Salve, hoje, Ó cidade do progresso
Aquela que mais cresce no Ceará
Juazeiro tu és parte do universo
Teu sucesso na história ficará
Um apóstolo do bem e da verdade
Veio dar sua vida e oração
No nordeste construiu uma cidade
O imortal Padre Cícero Romão*

O hino foi produzido a mando da prefeitura municipal e refletia o desejo e ações em prol da construção de um patriotismo juazeirense²⁴. Os vereadores o viam como a melodia do progresso e símbolo das várias glórias da municipalidade, ou seja,

(cont.) separando aqueles de natureza militar dos demais e a USAID foi estabelecida em novembro para cuidar da assistência econômica” (Idem).

²⁴ Todavia, outro hino foi construído e oficializado pelo município em 1973, que deveria ser entoado pelas crianças nas escolas municipais, festas e datas importantes do município. Além disso, deveria ser cantado no levantamento da bandeira de Juazeiro do Norte em qualquer ocasião e instituição da cidade. Esse “Hino do Município”, feito por João José da Silva, narra em sua poesia as imagens dela como “cidade Juvenil” e “cidade dos romeiros”. Nele, Silva demarcou o dia 22 de julho como a data da emancipação política do município em 1911, enfatizando-a como “linda e consagrada”. (cont.)

[...] os vereadores atuais conscientizados do seu dever para com os municípios, procuram uníssonos, formar um coro para cantar a melodia do progresso entoando o sagrado Hino do amor a terra e à tua gente, sempre dispostos a, na tranquilidade de sua consciência de fiscais do povo, crescerem suas funções com o pensamento voltando única e exclusivamente, para o desenvolvimento, e o perfeito equilíbrio da administração, necessitando, no entanto, de apoio em busca de glória, mas pela grandeza sempre crescente de Juazeiro do Norte (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 17 de Maio de 1973, p. 7b).

Segundo Queiroz (2010, p. 191), os discursos dos poderes públicos de Juazeiro do Norte vinculavam-se ao apoio da Igreja, ou seja, eles sempre estiveram atrelados ao combate às ideias comunistas nessa cidade e de uma forma mais ampla na região do Cariri cearense. Conforme o historiador, nos anos de 1969 a 1977 os discursos produzidos pelos poderes públicos e Igreja se mesclavam, sendo dois aspectos detectados, por ele, como características principais em suas narrativas, a saber, as posições anticomunistas e “um patriotismo à moda de Comte”. Elas foram utilizadas para Queiroz como base para a construção na região do Cariri das ideias e dos ideais em torno do “desenvolvimento (progresso)” através da “ordem” (*Idem*, p. 191).

(cont.) Considerando que a cidade em relação ao Cariri era “Juvenil”, destacou as suas praças como “lindas e floridas”. Além disso, a “cidade romeira” foi ligada a criação de novas paróquias no território da cidade, as lutas na educação dos Jovens e, sobretudo, a disciplina trazida pela “luz do saber” e o exercício militar. E por fim, concluiu com os seguintes versos: “Cidade de tão Grande tradição/ Fundada, querida e amada/ Por Pe. Cícero Romão (FOLHA DE JUAZEIRO, Ano V, nº. 48, 1973, p. 02). Apesar da formulação do novo hino, a letra produzida por Menezes Barbosa em 1968 continuou tendo influência e ultrapassou o segundo, afirmando-se como hino oficial do município.

A imagem do progresso de Juazeiro foi reforçada, nesse contexto, pois foram favoráveis os investimentos para a realização de empreendimentos na área de educação, saúde, lazer e estrutura urbana. Ela passou a ter um crescimento populacional expressivo a cada década e se empreendeu em seu território a instalação de indústrias e o fortalecimento das existentes, principalmente após 1960. Nesses anos, além da instalação da CELCA, teve-se a presença de algumas ações dos Estados Unidos da América, por exemplo, o projeto Morris Azimov. Ele era fruto da parceria entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade da Califórnia e estava atrelada ao projeto “Aliança para o Progresso”, promovido pelo governo de Kennedy²⁵. Este projeto tinha como meta fomentar as pequenas e médias indústrias da região do Cariri, tendo como intuito “traduzir, em realidade, seu plano de desenvolvimento econômico em escala regional” (*A Ação*, Ano XXVI, nº. 1.109, 1965, p. 2) e se fez presente na localidade através de campanhas e na formação de uma mão-de-obra especializada caririense. Para isso, foi levantado o auxílio ao pagamento de professores e técnicos norte-americanos, que vieram da Universidade da Califórnia, de “85 mil de dólares da fundação Ford”. Eles objetivavam “principalmente mudar a mentalidade do pequeno homem de negócio e dos fazendeiros da Região” (*Ibid.*).

A cidade de Juazeiro do Norte, atingida por esse investimento, conseguiu aos poucos atrelar o discurso do progresso, o avanço e apoio da indústria local à figura do Padre Cícero aliando, assim, a fé e o capital.

Essa “cidade menina”, enaltecida em sua postura de “progresso”, nessas décadas foi colocada como espaço em constante

²⁵ Para Queiroz (2010, p. 53), as ações fomentadas pela “Aliança para o progresso”, criada em 1961 pelo presidente Kennedy nos Estados Unidos, “antes de existir uma preocupação com o progresso, existia – impregnado a ideia da Aliança de um sentido inverso ao propagado – um propósito de conter as mobilizações de massas que comoviam a América Latina”.

movimento e transformação. Para isso, os poderes públicos agiam e procuravam meios para resolver alguns problemas que apareciam no dia a dia do município. Essas atitudes deveriam ser tomadas com uma posição de “grande cidade”, pois apesar de ser uma cidade criada no início do século XX, já demonstrava um “ritmo adulto”. Isso evidenciava para as outras cidades carienses, assim pensavam os poderes públicos, a força desse lugar, a elevação do “‘Gaudio’ dos juazeirenses” e ‘orgulho de nosso Brasil” (*Folha do Juazeiro*, Ano VIII, nº. 61, 1976, p. 1).

A imagem de “Cidade Cosmopolita” foi construída a partir de sua alta taxa de migração e quando os “adventícios” se tornaram a maioria na cidade. Nesse momento, não apenas pessoas vieram morar na cidade, mas também as culturas e modos de viver diferenciados. Essas particularidades socioculturais vinham em cada “pau-de-arara” que chegava a cidade ou na chegada de levas de camponeses que peregrinavam a pé da sua região até a *Terra do Padre Cícero*.

A união dos juazeirenses, apesar de plurais, era almejada pelos poderes públicos principalmente a partir de 1960²⁶. Em prol desse anseio, fizeram grandes esforços na construção de imagens e símbolos que pudessem dar elementos de unidade em favor de seu progresso. Segundo o presidente da Câmara dos Vereadores de Juazeiro do Norte, o senhor Eliseu Manoel Damasceno, “o Poder Legislativo e Executivo de mãos dadas com o povo, estão transformando a cidade Cosmopolita em ritmo de progresso sendo através de bravura e amor. A esta grande cidade abençoada... Salve 22 de julho de 1977”²⁷ (*Idem*, Ano IX, nº. 68, 1977, p. 1).

²⁶ De acordo com Barbalho (*apud* SOARES, 2009, p. 06), o estado brasileiro nos anos pós 1964, diferentemente do “Estado Novo” (1937-1945) que tinha a “preocupação maior em criar uma nação”, procurava a “integração da nação”.

²⁷ 22 de julho é o dia do aniversário de emancipação política do município de Juazeiro.

O interventor do município em 1976, Francisco Erivanio Cruz, desejando felicitações pela comemoração do aniversário dessa comuna, enfatizou que o principal motivador dessa “grande comunidade” era a fé e a expansão da “cidade grande” para todos os lados, ou seja, Crato, Barbalha, Missão Velha e Caririacú. Para ele, aos 65 anos de existência a cidade ainda estava em “constância de desenvolvimento e prosperidade”, cabendo, portanto, aos poderes públicos e aos seus habitantes a realização de ações responsáveis para que Juazeiro “possa prosseguir sua marcha gloriosa para o grande futuro que o aguarda” (*Cicerópolis*, Ano IV, nº. 4, 1976, p. 1).

Esse “cosmopolitismo” da cidade não era visto somente como riqueza cultural, mas também raiz de vários problemas urbanos. Entre eles havia o caso dos altos preços das habitações, o que proporcionou a construção de casas insalubres e a formação de espaços afastados do perímetro urbano para acomodação da população pobre que chegava ao Juazeiro. Por conseguinte, “os imóveis do centro da cidade valorizam-se ano a ano. Os aluguéis são constantemente majorados. Inicia-se a marcha para os subúrbios” (*Jornal do Cariri*, ano I, n. 28, 1951, p. 1).

Em meio ao clima promovido pela sua marcha progressista, alguns intelectuais que moravam em Juazeiro procuraram criar uma entidade cultural que pudesse viabilizar a discussão sobre as questões intelectuais e culturais que não estavam recebendo a atenção devida por seu poder público. O quadro de seus acadêmicos era formado por pessoas que faziam parte de algumas das famílias políticas do Cariri cearense, imigrantes e membros do Clero da Diocese do Crato, como Joaryvar Macêdo²⁸.

²⁸ Nasceu em Lavras da Mangabeira - CE em 1937 e morreu em 1991, Teólogo pelo seminário de Olinda/PB e Recife/PE, graduado em letras pela Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Católica de Salvador-BA, professor a partir de 1965 (cont.)

Esta entidade foi fundada em 1974 e nomeada de Instituto Cultural do Vale Caririense (ICVC)²⁹. Ela veio reivindicar a falta de investimento dos poderes públicos juazeirenses na formação do “espírito”. Esse órgão civil também considerava importante o “progresso” dessa cidade nas outras áreas, como o político e o econômico. No entanto, dava mais ênfase à necessidade de promover ações e metas em prol de “seu crescimento cultural” (BOLETIM, Ano I, n.º. 1, 1974, p. 29).

Para o ICVC, Juazeiro do Norte teve um crescimento populacional, econômico e comercial considerado. Essa “elevação”, outrossim, fundamentava a sua “imagem de progressista”. Todavia, esse órgão estava propondo e chamava atenção da urgência do “desenvolvimento e aperfeiçoamento do seu potencial humano” não apenas para o seu presente, mas para seu futuro. Na busca de divulgar os propósitos e ideias da entidade, criou-se, no mesmo ano da fundação do ICVC, o Boletim. Para Gomes (2012, p. 240), esse meio de comunicação escrita se tornou, para o Instituto Cultural do Vale Caririense, um “espaço de divulgação cultural, um lugar de apoio para reivindicações, para o “culto” de uma história da cidade, para a valorização dos poetas e escritores juazeirenses, para a congregação e consolidação de uma elite “intelectual” da terra”.

(cont.) da FFC, fundou e dirigiu o Instituto Cultural do Vale Caririense durante dez anos, em 1983 é elevado ao cargo de Assessor especial do presidente do Conselho de Educação do Ceará, Secretário de Cultura do Ceará em 1983-1987, assumiu a cadeira n.º. 5 da Academia Lavrense de Letras, membro do Instituto Cultural do Cariri (ICC), da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará. Produziu diversas obras literárias e científicas entre elas se destaca “O Império do bacamarte” (1990).

²⁹ O ICVC foi fundado na cidade de Juazeiro do Norte em 1974. Esse órgão civil tinha como finalidade “o incremento, na região do Cariri cearense, das atividades culturais de modo geral”. (BOLETIM, Ano I, n.º. 1, 1974, p. 36) e buscavam, também, olhar a cidade de Juazeiro e a região do Cariri “sob o ângulo da Cultura” (Idem, p. 29).

O apelo da formação do espírito juazeirense se fazia aos poderes públicos, pois não tinham dado tanta importância para essa área formadora da intelectualidade na cidade. Os juazeirenses tinham, para os membros do ICVC, “descurado um tanto quanto, outro tipo de luta. O da desenvoltura de trabalhos frutos do espírito e de essencialidades indiscutíveis para que se tenha completada a imagem de um verdadeiro progresso” (BOLETIM, Ano I, nº. 1, 1974, p. 35). Nesse sentido, a própria fundação do ICVC seria um marco nessa nova etapa da cidade:

A cidade está despertando para comentimentos mais elevados. Mais nobres e mais distintos porque à procura de elevação do seu nível cultural, de uma mais alta expressão de sua espiritualidade, da afirmação de sua intelectualidade. Não que isso queira menosprezar os demais impulsos que a jogam para a frente e lhe asseguram a invejável primazia de cidade mais progressista do interior cearense. Econômica, social e agora politicamente (*Idem*, p. 34).

A relação existente entre essa entidade e os órgãos municipais da cidade era de cordialidade, colaboração, disputas e cobranças. Em uma palavra dada pelo interventor do município, no ano de 1976, colocou-se à disposição do ICVC todo o aparato municipal; todavia, este pediu em troca que esse órgão civil ficasse responsável pelas comemorações do “Dia do Município”. Outro exemplo dessa relação foi o contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte e o Instituto Cultural do Vale Caririense com relação à “cessão do prédio, onde funcionará” a sede da entidade (ATAS DO INSTITUTO CULTURAL DO VALE CARIRIENSE, 5 de setembro de 1976, p. 139).

Em Juazeiro do Norte, entre os anos de 1950 e 1980, com o advento da CELCA e do crescimento das indústrias, chegaram alguns objetos tecnológicos que passaram a simbolizar o progresso da localidade. Por exemplo, a vinda do aparelho de televisão

para o Cariri cearense em 1965. A colocação da antena da TV mobilizou alguns intelectuais caririenses, a CELCA e os poderes públicos juazeirenses. A princípio, o projeto de colocação do receptor e da antena, que serviria para captar o sinal dos canais da televisão, tinha como primazia a escolha do lugar mais alto da região do Cariri para instalação dos equipamentos. Após a tentativa e a confirmação da possibilidade do sinal na região, os intelectuais e financiadores do empreendimento foram proibidos de afixá-la na torre da Igreja de São Pedro em Caririacú por ordem do pároco.

Com o apoio da CELCA, iniciou-se então o trabalho de verificação de outra localidade que pudesse receber o sinal, como na serra de São Pedro. A serra do Horto³⁰, pertencente ao município de Juazeiro do Norte, também era o território apropriado para a realização da instalação do equipamento. Mas, para a realização e continuação dessa ação e benfeitoria, que simbolizaria o “progresso”, fora necessário um apoio financeiro do município em questão. Os poderes públicos, aproveitando-se dessa ação dos intelectuais caririenses e da CELCA, viram que ao financiar tal projeto na cidade dariam maior visibilidade a ela como

³⁰ A antiga serra do Catolé, conhecida pelos romeiros, juazeirenses e caririenses pelo nome “Horto”, faz parte do território de Juazeiro do Norte. Segundo o IBGE, foi “pela lei municipal nº. 51, de 12-11-1911” que se criou o “distrito do Horto” sendo ele “anexado a vila de Juazeiro” (HISTÓRICO DA CIDADE FEITO PELO IBGE, p. 01, disponível em: www.ibge.gov.br), ficando, assim, duas áreas administrativas: “Juazeiro e Horto”. Todavia, em 1933 essa divisão deixou de existir e se atrelou os dois territórios, ficando apenas o distrito de Juazeiro. Já na década de 1960 o município passou a ser “constituído de 3 distritos: Juazeiro do Norte (ex-Juazeiro), Marrocos e Padre Cícero” (Idem, p. 02). Esse espaço não simbolizava, no entanto, apenas um território que se buscou vincular juridicamente ao município. Ele faz parte das vias de peregrinação dos romeiros, constitui-se como um lugar sagrado para as práticas de devoção, onde emanavam as lembranças do período das missões capuchinhas a partir dos meados do século XVIII, principalmente, no pontifício de Bento XIV (1740-1758), e do Padre Ibiapina, sacerdote secular e missionário “dos sertões” no XIX.

a sua imagem de “Cidade do Progresso”, o que também se tornaria o carro chefe das mudanças na região do Cariri cearense.

Isso somente era possível se pensar no sul do Ceará graças à vinda da CELCA para o Cariri cearense em 1961. Para alguns juazeirenses a inauguração desta favoreceu a construção de expectativas sobre o futuro da cidade e de seus habitantes. Depois de sua instalação, os discursos dos poderes públicos sobre o seu progresso e as ações em prol da divulgação desse espaço urbano como progressista se fortaleceram. Tal acontecimento, para eles, ajudaria a trazer a energia para Juazeiro do Norte e promoveria o desenvolvimento eficaz da vocação industrial que a cidade demonstrava ter. Por isso,

[...] com a energia de Paulo Afonso, Juazeiro tende a transformar-se. De cidade religiosa, é possível que, com o tempo, se transforme em centro industrial, aproveitando a habilidade, a diligência e a capacidade inventiva dos seus filhos. A chegada de mais energia, de mais luz, dissipar as trevas da ignorância e do fanatismo, escanchando melhor conhecimento do domínio do homem sobre a natureza (*O Povo*, Ano XXIV, nº. 10.332, 1961, p. 3).

Quando os poderes públicos escolheram o Horto para a colocação de um objeto símbolo do progresso, tinham tomado a decisão de iniciar intervenções nesse espaço de devoção popular em Juazeiro. A colocação desse equipamento nessa serra levou aos poderes públicos juazeirenses gastarem dos cofres da municipalidade a quantia de 20 milhões de cruzeiros. Para proporcionar à cidade a posição de liderança no Cariri cearense, a prefeitura municipal assinou o contrato no dia 7 de julho de 1965. Além do pagamento desse montante, cabia à prefeitura instalar um gerador no Horto. A inauguração desse empreendimento se deu ao mesmo tempo da realização de algumas obras empreendidas pelas autoridades públicas da cidade, ou seja, a inauguração

da antena se deu em “7 de setembro de 1965” e seu “o funcionamento em definitivo somente ocorreu a 25 de outubro” (BOLETIM, Ano XII, nº. 12, 1985, p. 102).

Além do financiamento dessa antena, foi feita a compra e doação de algumas televisões para colocá-las nos lugares mais pobres da cidade, possibilitando aquela população acesso àquele artefato tecnológico e, dessa forma, fortalecendo a sua ideia de progresso. Por exemplo, na sessão do dia 26 de março de 1969 os vereadores aprovaram a aquisição e a instalação pela prefeitura de um televisor na Vila Padre Cícero (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, p. 5a).

Entre 1950 e 1980, na tentativa de construir essa imagem, as autarquias juazeirenses realizaram a edificação de obras-monumentos que pudessem dar visibilidade, fossem lugares de cultura e possibilitassem impulsionar a sua economia. As edificações de empreendimentos não foram harmoniosas, mas constituíram-se em campos de tensões, lutas simbólicas e de memórias. A constituição de algumas obras em Juazeiro do Norte era sinônimo do progresso chegando à cidade e, ao mesmo tempo, a destruição de prédios antigos, por exemplo, dos casarões do centro. Por outro lado, no lugar dessas habitações se iniciaram, com afínco, a edificação de casas comerciais e pousadas que mudaram o cenário de seu perímetro urbano. Veremos no capítulo a seguir quais as obras realizadas pelos poderes públicos juazeirenses em 1950 a 1980 e como estas se vinculavam à ideia de progresso propagada pelos discursos dos que faziam parte de seu poder público.

2. A “Terra do Progresso”: intervenções urbanas em Juazeiro do Norte

Torrão privilegiado, cidade Cosmopolita, bastião de fé, potência política administrativa, força incansável de trabalho. Feliz o povo que aqui nasce, que aqui se radica, firma raízes. Fácil observa-se porque fácil é ver o que aqui se realiza, em ritmo de Brasil grande, em marcha acelerada ao progresso, ao bem estar, a harmonia. (Folha de Juazeiro, Ano VII, n.º. 59, 1976, p. 1).

O “torrão privilegiado” a que se refere a citação acima era a cidade de Juazeiro do Norte. Segundo a *Folha de Juazeiro*, as expectativas de um futuro de plena prosperidade estavam em marcha e a localidade já mostrava indícios de seu potencial econômico e político. Os poderes públicos juazeirenses, entre 1950 e 1980, perceberam a necessidade de realizar algumas obras e melhorias públicas nesse espaço urbano. Elas foram, nessa época, vitrines de seu avanço material e serviram para estruturar as instituições públicas da municipalidade.

No anseio de mostrar o progresso de Juazeiro, os poderes públicos municipais promoveram ações com o intuito de deslocar algumas atividades para os territórios mais afastados do seu perímetro urbano. Elas foram justificadas pelas cobranças e apoio de alguns habitantes da Terra do Padre Cícero que queriam organizar o seu centro. Por exemplo, as petições feitas pelos comerciantes juazeirenses em prol da mudança da feira, que acontecia todos os sábados em trechos das ruas São Pedro, São Paulo e Santa Luzia e que invadia a Praça Padre Cícero. Os comerciantes em Juazeiro, visando aumentar suas vendas e o controle do



Fotos dos trechos das ruas São Pedro e São Paulo em dia de feira.

Fonte: *Gazeta de Notícia*, Ano XLIII, nº. 12.228, 1969, p. 6.

espaço da Praça Padre Cícero, cartão postal da cidade, formularam um abaixo-assinado contra a realização dessa feira.³¹ Os camponeses, artesãos e pequenos ambulantes juazeirenses saíam de suas localidades aos sábados para vender seus produtos livremente no praça e nas ruas adjacentes. Esse entreposto ao ar livre começava a incomodar os negociantes da cidade que possuíam casas de venda nessas ruas. Dessa forma, o abaixo assinado, organizado por eles, solicitava a “aprovação da câmara para que a feira fosse transferida” para os espaços mais afastados da praça, localizados na “Rua São Pedro até o quartel estendendo-se

³¹ Segundo o *Jornal Gazeta de Notícia*, a feira de Juazeiro, considerada “quilométrica”, chegara a medir dois quilômetros de extensão, quando se somavam os trechos das ruas em que ocorria. Nela se encontrava variados objetos e alimentos, “dos cereais ao picolé, do artesanato até o mais sofisticado dos artigos em plástico” (*Gazeta de Notícia*, Ano XLIII, nº. 12.228, 1969, p. 06). Nela o artesanato juazeirense era representado, especialmente, pelas jóias fabricadas pelos ourives mais tradicionais da cidade. Podia-se comprar, nessa “grande feira”, “miudezas” para o lar doméstico e para usufruto pessoal, confecções, feijão e arroz, louças e objetos de couro, passarinhos e outros animais, ou seja, foram esses “os departamentos do grande entreposto comercial da cidade que mais cresce no Ceará” (Idem).

pelas ruas Santa Luzia e São Paulo” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 28 de março de 1951, p. 4b).

Alguns vereadores se mostraram favoráveis a essa petição e justificaram sua posição diante do caso afirmando que a retirada da feira serviria para “melhorar a cidade e com especialidade a arborização da Praça Padre Cícero” (*Idem*, 30 de março, 1951, p. 7a). As cobranças dos comerciantes aos poderes públicos para a efetivação do afastamento da feira de seu centro urbano voltaram nos anos de 1960. Juazeiro do Norte, nessa década, estava crescendo rapidamente e, conseqüentemente, dentro das ruas São Pedro e São Paulo foi aumentado o número de casas comerciais, ou seja, os trechos mais afastados do largo Padre Cícero, na década de 1960, já eram territórios utilizados pelos negociantes. Por isso, na sessão da Câmara em 1963 chegou um requerimento à Prefeitura Municipal pedindo a retirada da feira “da Rua Conceição, no trecho da São Pedro e São Paulo”. Embasaram-na alegando que o trânsito nessas ruas, que são uma das principais da cidade, estava um caos (*Idem*, 15 de maio de 1963, p. 45a).

O crescimento da zona comercial de Juazeiro era símbolo do aumento da renda de alguns de seus habitantes e da necessidade de melhorias públicas. Os representantes dos negociantes na Câmara da cidade promoviam discussões e ações que viabilizassem, também, aumentar as possibilidades de lucro desse grupo, pois as autoridades públicas arrecadavam, desse setor, consideráveis recursos financeiros para a realização de seus empreendimentos através de parcerias que, entre outras ações, buscavam construir e modernizar os espaços de sociabilidade em Juazeiro. Para *Jornal O Povo*, “Juazeiro trabalha, mas também se diverte. Ao lado do progresso comercial e industrial o movimento social cresce com a modernização dos seus clubes que nada ficam a dever aos congêneres das cidades mais adiantadas do Estado e até da Capital” (*Edição especial...*, 1972, p. 13).

Os mais “famosos clubes” juazeirenses, modernizados entre 1960 e 1980, foram: Treze Atlético Juazeirense e Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Neles se realizavam “tradicionais festas”, como a “Festa das Flores” e o concurso da “Rainha das Flores”. Nos dias em que ocorria a “Festa das Flores” se homenageavam e destacavam as “belas representantes do sexo frágil” (*O Povo, Edição especial...*, 1972, p. 13). Esses dois clubes se destacaram por proverem “os maiores acontecimentos sociais” na cidade, em consonância com os poderes públicos. Possuíam uma estrutura dita moderna à época, por exemplo, a sede campestre do Clube Treze Juazeirense³² tinha *playground*, piscinas e quadras esportivas (*Ibid.*).

Para exemplificar essa ligação entre os poderes públicos e as entidades de lazer na cidade, enfatizamos no pleito na Câmara Municipal de Juazeiro em 1950 a defesa do projeto de doação do terreno para a construção da sede do Juazeiro Club, uma “entidade sócio-desportivo-cultural em organização nesta cidade” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 11 de abril de 1957, p. 46a).

O Treze Atlético Juazeirense, no aniversário dos cinquenta anos de emancipação do Município (em 22 de julho de 1961), foi utilizado como sede, pelos poderes públicos, para a “instalação da Associação dos Acadêmicos do Cariri”³³, do “baile monumental” para festejar a data com a presença de uma “orquestra” e de competição futebolística. Segundo Jornal *O Povo* (Ano XXXIV, nº. 10.333, 1961, p. 1), para a realização dos jogos de futebol em comemoração aos 50 anos do município, concentraram-se às 7:30h os times no logradouro Carlos Gomes para a realização do

³² Existente até hoje na cidade, localiza-se às margens da estrada do Aeroporto Regional do Cariri.

³³ Reunião de vários jovens universitários do Cariri que estudavam em Fortaleza e nas Faculdades do Crato, como também convidados especiais das “escolas superiores da capital”.

desfile patriótico pela Rua São Pedro. Os presentes ao evento eram as “equipes masculinas e femininas do CEJ [Comissão Estudantil Juazeirense], do TG [Tiro de Guerra] 210, da Polícia Militar e dos Acadêmicos”. No período da tarde, a partir das 13 horas, os sete Clubes esportivos pertencentes a Juazeiro do Norte participaram do campeonato de futebol da cidade e se concentraram “na sede do Treze e dali desfilarão até o Estádio Municipal” (*Ibid.*).

O Estádio Municipal da cidade em 1961 era o “Bandeirantes”. Segundo *Jornal Gazeta de Notícia* (Ano XLIII, nº. 12.228, 1969, p. 8), ele era composto por um “velho campo de futebol” e os juazeirenses tinham que assistir ao espetáculo futebolístico de pé, pois não possuía assentos para o público. Os anos de 1960 foram de reivindicações e cobranças dos clubes esportivos aos poderes públicos para melhorar a estrutura esportiva municipal.

A construção do Estádio de futebol Romeirão, iniciada em 1969 e concluída em 1970, na legislatura do Prefeito Mauro Sampaio, foi um símbolo do progresso e das melhorias na vida esportiva da cidade. Também permitiu aos clubes esportivos uma maior arrecadação de dinheiro em seus jogos e favoreceu condições de sobrevivência mais digna dessas entidades. Pois conforme o *Jornal Gazeta de Notícia* (Ano XLIII, nº. 12.228, 1969, p. 8), quando as partidas eram realizadas no Estádio Bandeirantes a renda não atingia os “seis mil cruzeiros novos”. Para este jornal,

[...] com a inauguração do “Romeirão” a cidade dará um grande salto no setor esportivo. A sua capacidade será de 30 mil pessoas sentadas. Haverá alojamentos para delegações, vestiários, sanitários para o público, bares, iluminação para os jogos noturnos e uma escola de educação física que atenderá a todo o ensino municipal. Custará 800 mil cruzeiros novos, dos quais 100 mil foram dados pelo Governador Plácido Castelo (*Ibid.*).

Para a realização dessa obra foi preciso, também, o financiamento dos órgãos norte-americanos que estavam atuando na região do Cariri cearense com o projeto Morris Azimov, especialmente através do contato mantido junto ao governo municipal com a USAID (United States Agency for International Development). Outra ajuda foi a doação do Major Humberto Bezerra de 15 mil cruzeiros novos e do terreno para a construção da obra, distante três quilômetros do centro da cidade e nomeado “Deputado Estadual



Estádio “Romeirão”. *O Povo*, edição especial do ses-
quicentário da independência do Brasil, 1972, p. 5.

Adauto Bezerra”.

Essa obra vinha sendo pensada desde 1966, especificamente na legislatura do Major Humberto Bezerra. Naquele ano, uma comissão foi formada para projetar a edificação do estádio

juazeirense, composta pelas seguintes pessoas: “Teodoro (Doro) Germano, Antonio Fernandes Coimbra (Mascote), Ivan Buarque, Vavá e outros, todos os elementos ligados diretamente ao esporte” (*Folha do Cariri*, ano I, nº. 5, 1966, p. 5).

Conforme colunista do *Jornal Folha do Cariri*, na matéria “Desportistas de Juazeiro partem para a grande meta: Estádio Municipal Adauto Bezerra”, os juazeirenses eram “um bom exemplo” na luta pela edificação de um empreendimento em prol do esporte da cidade e região do Cariri cearense (Idem). Pois através do trabalho, da luta e do apoio da população estavam próximos de conseguir edificar na cidade de Juazeiro um estádio. Após o reconhecimento, pelo colunista cratense, da conquista do Estádio de futebol, enfatizou a necessidade da realização pela prefeitura da “Princesa do Cariri” da doação do terreno e o auxílio financeiro para a “construção de um estádio para que,

contando com um em Crato e outro em Juazeiro pudesse o Cariri lançar-se em definitivo para a sua consagração também no cenário esportivo nacional” (*Folha do Cariri*, ano I, nº. 5, 1966, p. 5).

A realização desse empreendimento pelos poderes públicos preencheu “sensível lacuna no setor de esportes da Meca do Cariri” (*Ibid.*) e deu visibilidade ao progresso da cidade, pois ele se tornou à época um estádio “monumental”. Depois de construído, foi qualificado pelo Jornal *O Povo* (*Edição especial...* 1972, p. 5), como “a maior praça de esportes não só da região, mas de todo o interior cearense, rivalizando-se com as modernas praças de esportes do Nordeste”. Essa adjetivação tecida levava em consideração a sua “beleza arquitetônica”, a capacidade de acomodação dos espectadores e o complexo estrutural que encantava aos visitantes, ou seja, “cabines de rádio, túneis, sanitários, bares, alambrado e iluminação elétrica” (*Ibid.*).

A estrutura física para os esportes juazeirenses, fornecida com a edificação do Estádio Romeirão, foi atrelada à criação e instalação da Escola de Educação Física Itamar Pereira de Mattos. Segundo o Jornal *O Povo* (1972, p. 5), essa instituição escolar tinha a finalidade de preparar e atender os atletas juazeirenses. A fundação da mesma em 1969, vinculada diretamente aos esportes e clubes atléticos da cidade, visava dar aos jovens de Juazeiro novas oportunidades de lazer, educação e trabalho.

Além dessa ação, entre 1950 e 1980 se constataram várias outras empreitadas a fim de mudar seu problemático quadro educacional. Algumas delas foram basilares para a marcha do saber na formação de seus habitantes. Levaram também em conta, para sua realização, que a terra do Padre Cícero tinha a tradicional “Escola Normal Rural de Juazeiro”³⁴, responsável pela

³⁴ Segundo Gomes (2012, p. 06), a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte foi fundada em 1934, na cidade de Juazeiro do Norte, tendo como um dos seus principais motivadores o Padre Cícero Romão Batista. Conforme os acadêmicos do Instituto do Ceará, Juazeiro realizou “a maior experiência pedagógica com a sua Escola Normal Rural. Quando ainda estava no domínio dos (cont.)

formação de profissionais para o magistério das escolas municipais. Os poderes públicos promoveram obras a partir de 1950 para equipar o ensino público juazeirense. Assim, além da inauguração do Estádio Romeirão em 1970 e da Estátua Padre Cícero em 1969, também foi entregue à cidade o Prédio do Ginásio Municipal Antônio Xavier de Oliveira³⁵. Essa escola era uma “obra gigante” em todos os sentidos e visava o atendimento ao ensino básico em Juazeiro. Sua “imponente” arquitetura demonstrou que a marcha progressista da cidade estava chegando, também, com melhorias para a educação do município.

Temos a inauguração de algumas instituições de ensino entre os anos de 1950 e 1980, como o Centro Educacional Governador César Calls (1972), Escola José Alencar de Figueiredo (1979), Escola Primária ao lado do Romeirão (1979), Escola José Bezerra de Menezes (1966), Colégio Monsenhor Joviniano Barreto (1950), Escola Presidente Geisel (Polivalente) (1977) e a Escola Governador Aduino Bezerra (2º Grau) (1977).

Para Jornal *O Povo* (*Edição especial...*, 1972, p. 7), Juazeiro do Norte, aos 61 anos de emancipação política, era “um dos municípios cearenses em que as metas da educação e cultura estão sendo rapidamente atingidos”. Os poderes públicos realizaram a ampliação da “rede escolar com novos estabelecimentos de ensino, não só na sede do município como na zona rural, levando desta forma, a instrução a um número cada vez maior de crianças em idade escolar” (*Ibid.*). Empreenderam, assim, a construção de lugares privilegiados para a prática do ensino,

(cont.) inquéritos o ensino rural, o Ceará instalava o primeiro estabelecimento de um tipo de ensino inteiramente novo entre nós” (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Ano LIX, nº. 59, 1945, p. 132).

³⁵ Prédio localizado no bairro São Miguel em Juazeiro do Norte. A escola foi fechada na legislatura do prefeito Manoel Santana (2009-2012), sendo o seu prédio utilizado para a instalação e funcionamento da Secretária de Educação do Município e a Secretária de Finanças.

ansiando levar “educação para todos” os juazeirenses, sejam eles pertencentes à zona urbana ou rural.

Em seu perímetro urbano, destacamos a inauguração em 1972 do Grupo Escolar Padre Murilo de Sá Barreto, conhecido como *Grupão*, possuidor de 12 salas de aula, com capacidade de atender a mil alunos e localizado no bairro da Liberdade. No bairro Novo Horizonte se criou, também, o Grupo Escolar Irmã Iva, com quatro salas e possibilidade de atender 300 alunos. Já na zona rural, temos a construção do Grupo Valdir Sabiá, com duas salas para atender ao número de 50 estudantes.

O crescimento desse espaço urbano era visível, como também a introdução nele de uma nova realidade cultural e educacional a partir de 1950. Portanto, a fundação de entidades culturais que fomentassem um desenvolvimento da cultura letrada e do enaltecimento das tradições da terra foi um propósito a ser alcançado.

Destacamos, na realização desse desejo, a construção do Centro de Cultura Popular (CCP) ou Centro Cultural. Ele possuía em seu complexo



Centro Cultural de Juazeiro do Norte. Fonte: *O Povo*, Edição especial do sesquicentenário da independência do Brasil, 1972, p. 8.

estrutural uma biblioteca e o “teatro municipal de Juazeiro do Norte, com 800 cadeiras, palco, serviço de iluminação especializada” (*JORNAL EXECUTIVA*, ano I, nº. 1, 1973, p. 03). O CCP foi considerado a “vitrine da cultura jovem juazeirense” e servia, também, para as apresentações da “cultura local”, dos cantadores

de violas da região do Cariri e das danças ligadas à “tradição local” (*Idem*).

O CCP de Juazeiro foi inaugurado em 1971, na legislatura do prefeito José Teófilo Machado (1970-1971). Para sua edificação, foi necessário o apoio moral e material do governador Plácido Aderaldo Castelo, como também do “plano de desenvolvimentista do Governo Federal” (*Tribuna do Cariri*, Ano II, n.º. 9, 1971, p. 01). O CCP era considerado grandioso “por apresentar, fornecer, condicionar condições para o nosso artesanato carente de um mercado que pese realmente em termos econômicos” (*Ibid.*).

Gastaram-se para a sua construção cinco meses e 350.000,00 mil cruzeiros. Essa obra deveria dar estrutura e suporte aos artesãos do Cariri, especialmente da Terra do Padre Cícero. Nela implantaram-se salas para a fabricação do artesanato e que serviriam para expor os produtos nas romarias religiosas que aconteciam anualmente em Juazeiro. Assim, construiu-se um lugar propício enquanto referência e promotor de visibilidade para o artesanato juazeirense e caririense, permitindo o conagraçamento de vários mestres e ateliês de ensino dessa arte. Com a fundação do CCP, buscou-se fomentar e concentrar as atenções da produção artesanal para o campo comercial e turístico.

Para Jornal *Tribuna do Cariri* (Ano II, n.º. 9, 1971, p. 1), o CCP deu motivação turística, juntando-se, assim, nesse intuito ao monumento do Horto, à Capela do Socorro, ao Museu e às outras atenções menores. Os visitantes da Terra do Padre Cícero teriam um lugar privilegiado para comprar “uma peça de arte regional”, ou seja, quando precisassem voltar a Juazeiro já saberiam a localização do endereço certo “dos artistas” e a “localização das galerias da cidade” (*Ibid.*).

Para a administração, a construção do CCP valorizou “o nosso artesanato”, pois criou, ao reunir os artesãos e seus produtos, um “verdadeiro mercado público” e, dessa forma, aumentou a “fonte de renda” dos moradores da cidade (ATAS DA CÂ-

MARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 5 de julho de 1970, p. 45b). Assim, o funcionamento dessa entidade cultural proporcionou à cidade “a vinda de turistas”, e a especialização, divulgação e união dos artesãos juazeirenses que estavam espalhados por suas zonas rural e urbana (*Ibid.*).

O vereador Mario Coimbra, em seu pronunciamento na Câmara

Municipal sobre o projeto que abria crédito de 100 mil cruzeiros para a construção desse centro, embora não tenha ficado contra o projeto submetido pelo poder executivo, opinou que era “mais importante a construção de uma Rodoviária” na cidade. Segundo Coimbra, era urgente, também, projetar e construir um espaço adequado para acolher a chegada dos vários ônibus e caminhões, nos períodos circunscritos as romarias³⁶ religiosas juazeirenses (*Ibid.*). Os poderes competentes levaram em conta as cobranças dos cidadãos juazeirenses para a realização dessa obra, concretizada em 1973, na legislatura do Prefeito Orlando Bezerra de Menezes (1971-1973).



Construção da Rodoviária de Juazeiro do Norte em 1972. Fonte: *O Povo*, Edição especial do sesquicentenário da independência do Brasil, 1972, p. 7.

³⁶ O fluxo de peregrinos que visitam Juazeiro é dividido nas seguintes épocas: Semana Santa; romaria de Nossa Senhora das Dores (Setembro), Finados (Novembro), Nossa Senhora das Candeias (Fevereiro) e a comemoração da morte e nascimento do Padre Cícero (Março e Julho).

Esse prédio possuía uma arquitetura de “grandes proporções” e moderna à época. A sua edificação surpreendeu os que pensavam que os poderes públicos juazeirenses projetariam uma rodoviária sem “suntuosidade”³⁷. Segundo matéria publicada no Jornal *O Povo* (*Edição especial...*, 1972, p. 7), “Obras em andamento o futuro que chega”, essa obra era uma das mais importantes realizadas no início da década de 1970 em Juazeiro do Norte. Ela, portanto, representava as expectativas e os intentos dos governantes locais em “vistas ao futuro” da cidade e se legitimava pela vinda “dos 200 mil romeiros que a cidade recebe anualmente” (*Ibid.*).

No dia 30 de outubro de 1971, em que se instituiu a data 1º de novembro como o “dia do Romeiro”, a administração procurou homenagear os visitantes prometendo a construção dessa Rodoviária e do Hotel Municipal. A relação entre essas duas obras era fundamental à consolidação de uma estrutura urbana de acolhimento aos peregrinos. Para eles, era primordial equipar a municipalidade e o aparato público de melhoramentos urbanos que viabilizassem uma recepção aos romeiros e demonstrassem sinais do progresso econômico do município. Segundo colunista do Jornal *Tribuna do Cariri*, Jackson Barbosa (Ano II, nº. 9, 1971, p. 3), há muito tempo já se tinha atentado e solicitado às autoridades competentes da cidade “a construção de um Hotel que viesse beneficiar aos requisitos dos visitantes da Meca Cearense”.

A construção do Hotel Municipal também foi vitrine e marco do “progresso” dessa cidade. O embate em torno do projeto para sua edificação estava entre prefeitura, vereadores e imprensa. A contenda começou quando a Prefeitura Municipal lançou um projeto para a Câmara em 1971, procurando aprovar a venda

³⁷ Na legislatura do prefeito Carlos Cruz (2001-2004) se construiu a atual Rodoviária de Juazeiro do Norte, o prédio que ficava a rodoviária construída na década de 1970 foi doado para o Governo do Estado para a construção do Colégio Estadual Almirante Aboim.

das ações que o município tinha na empresa Petrobrás a fim de custear a edificação do Hotel.

Ainda na mesma coluna do Jornal citado acima (Ano II, nº. 11, 1971, p. 1), na matéria “Patrimônio da cidade em Perigo!!!”, “mesmo com a alegativa de investir aquele valor na construção do Hotel Municipal” não se deveria tocar

no patrimônio de Juazeiro do Norte, uma vez que as ações da Petrobrás forneciam ao município anualmente a quantia de cinco mil cruzeiros, sendo preferível essa renda permanente em vez de vender as ações pelo montante de “250 a 300 mil cruzeiros”. Apesar disso, esse empreendimento foi feito na cidade e inaugurado no dia 22 de julho de 1972.

No município existiam nos anos de 1970 os seguintes hotéis: Aristocrata Hotel, Hotel Viera e Guarany Hotel. Qual, então, a justificativa do executivo juazeirense para a construção de um Hotel Municipal? Para a Prefeitura, a sua edificação era importante para dar visibilidade e qualidade aos lugares de hospedagem na cidade e região do Cariri. O Hotel Municipal seria dotado de um aspecto arquitetônico singular e de atendimento capacitado para os peregrinos possuidores de maiores recursos financeiros.

Para o Jornal *O Povo* (Edição especial..., 1972, p. 5), a edificação dele proveu a terra do Padre Cícero de “um hotel de categoria superior”, possuidor de uma competência no atendimento dos hóspedes até mesmo os “mais exigentes em matéria de conforto e acostumados aos grandes centros. Esta lacuna foi



Prédio do Hotel Municipal em 1972. Fonte: *O Povo*, Edição especial do sesquicentário da independência do Brasil, 1972, p. 8.

preenchida pelo Hotel Municipal que se rivaliza com o que de melhor se pode oferecer ao visitante mais refinado”.

Visualizando as possibilidades econômicas provindas do fluxo de romeiros na cidade, os poderes públicos juazeirenses planejaram melhoramentos e obras na serra do Horto. Em primeiro lugar, destacamos a construção do monumento em homenagem ao Padre Cícero em 1969. As investidas para a edificação dessa obra não foram bem vistas por alguns juazeirenses, pois o intuito que a movia era, principalmente, favorecer a construção de elementos para um turismo na cidade: “a construção do monumento trará, a curto, a médio e longo prazo, benefícios incalculáveis para a vida econômica do município, haja vista que o fluxo de turismo foi iniciado antes mesmo do término da obra” (*Jornal Gazeta de Notícias*, Ano XLIII, nº. 12.228, 1969, p. 2). Essa obra feita pelo município de Juazeiro visava construir uma imagem de progresso e instrumentos que a levasse rumo ao futuro³⁸.

A iminente busca de divulgar a imagem progressista da cidade do Padre Cícero se fazia presente dentro dos empreendimentos urbanos feitos entre 1950 e 1980. Nesse sentido, buscaram se apropriar do espaço da fé dos devotos em Padre Cícero, das visitas anuais dos romeiros ao Casarão do Horto e dos outros lugares de devoção em Juazeiro. Essas obras estavam atreladas ao projeto de fomentar e alimentar a economia do município, fortalecendo, assim, o comércio e a divulgação de sua imagem de progresso. Para isso, planejou-se e edificou-se a obra que se

³⁸ A intervenção no espaço do Horto foi, especialmente, demonstrada no corte do “Pé de Tambor” em 1963. O poeta e astrólogo Sebastião Batista, ao presenciar o evento no ano de 1963, qualificou essa ação de criminosa e estúpida. Para ele, a árvore que foi cortada, pelos poderes públicos, era “uma das maiores arrelíquias do sertão” (*Tribuna do Cariri*, 1970, p. 1) e como protesto um poema que refletia a relação do romeiro com essa árvore, ou seja, o “Romeiro que vem de fora/ Trazendo a alma contrita/ Quando faz uma visita/ No Horto, sem querer, chora/ Desgostoso vai embora/ Com um imenso amargor/ Chega aonde é morador/ Avisa a todo romeiro/ No Horto do Juazeiro/ Cortaram o pé de tambor”.

tornou o “cartão postal da cidade”: a Estátua do Padre Cícero³⁹. Ela foi construída no espaço sagrado do Tambor, e se destacou como símbolo da prosperidade econômica da cidade e da fé dos devotos depositada na imagem do fundador do local a partir do final da década de 1960.

Para a realização da obra foi convidado o artista e escultor pernambucano Armando Lacerda. Ele procurou construir a estátua primando pelas “linhas das escolas modernistas” e procurando realizar os detalhes artísticos através de uma sensibilidade proveniente das “obras clássicas”. No decorrer de sua edificação, segundo o *Jornal Gazeta de Notícia* (Ano XLIII, n.º. 12.228, 1969, p. 2), emanaram alguns “problemas de cálculos”. Para auxiliar Lacerda na resolução destes problemas, foi convidado Rômulo Ayres Montenegro, engenheiro e especialista em cálculos de construção.



Estátua do Padre Cícero, construída na Serra do Horto em 1969. Fonte: *Correio do Cariri*, Ano I, n.º. 1, 1980, p. 1.

³⁹ A Estátua de Padre Cícero no Horto é uma construção de “pedra e cal”, composta pelos seguintes números: “Pedestal 3,00 metros; Estátua 17,00 metros; Cabeça 2,70 metros; Olhos 0,55 metros; Nariz 0,70 metros; Boca 0,70 metros; Orelhas 0,80 metros; Ombros 5,40 metros; Bastão 10 metros; Chapéus 4,40 metros; Diâmetro 7 metros; Área do Pedestal 100 metros quadrados; Peso 357 toneladas; foram gastos 2 mil sacos de cimento; 34,5 toneladas de ferro e 30 toneladas de gesso. Tempo de construção: 18 meses” (JORNAL GAZETA DE NOTÍCIA, 1969, p. 02). Enfim, ela possui 25 metros de altura.

A construção da estátua do Padre Cícero foi representada como um monumento que marcou a paisagem da serra do Horto, de Juazeiro e Cariri cearense. A ideia de construí-la partiu de uma tentativa de aproveitar o fluxo de peregrinos que já visitavam Juazeiro em várias épocas do ano. Vinculado ao aspecto religioso, tinha o paisagístico e a bela vista que essa cidade proporcionava aos visitantes no percurso da subida da serra e em seu ponto mais alto. Assim, procuraram empreender um projeto turístico para a cidade visando fortalecer a economia do município com essa atividade.

Iniciaram-se de uma forma direta, em fins da década de 1960, as intervenções públicas no espaço sagrado de devoção do Horto. A meta seria conseguir chamar para a cidade pessoas de alto poder aquisitivo, já que os peregrinos que até então chegavam eram pobres e provenientes do interior dos estados nort-destinos. Para efetivar esse propósito, utilizaram a imagem e memória do Horto e do Padre Cícero para iniciar a invenção da representação dessa serra como um lugar de turismo vinculado à devoção do romeiro ao Padre. Para isso, fazia-se necessário que a municipalidade realizasse uma “urbanização do Horto, a conclusão da estrada de acesso, a instalação de um restaurante [...] foi quando surgiu a ideia do monumento. A princípio de oito metros, depois doze para, finalmente, chegar às dimensões atuais” (*Gazeta de Notícia*, Ano XLIII, nº. 12.228, 1969, p. 2).

Para iluminar a estátua, a Prefeitura Municipal mandou importar da Holanda as lâmpadas *halógenas*, destacando-se como “a primeira cidade do Nordeste a possuir lâmpadas dessa espécie” (*Folha do Juazeiro*, Ano I, nº. 2, 1969, p. 1).

O segundo melhoramento realizado na serra do Horto foi a construção do Parque Florestal em 1971, inaugurado no ano seguinte. A efetivação dessa obra favoreceu, também, a viabilização de mais um espaço de lazer na cidade. Segundo o *Jornal Tribuna do Cariri* (Ano II, nº. 9, 1971, p. 3), a terra do Padre Cícero estava precisando de “melhoramentos para o bem estar

dos seus habitantes”. Para ele, o Parque Florestal no Horto já estava com sua obra bem adiantada, por isso,

Não há dúvida que a posição geográfica é especial para tão louvável empreendimento. Áreas intensas totalmente arborizadas conservada sua real autenticidade. Ali as famílias encontrarão ambiente agradável e apropriado para passeios em qualquer dia [...]. Local aprazível, que reúne umas tantas coisas da natureza, e que vem proporcionar condições benéficas aos visitantes (*Ibid.*).

Para o financiamento dessas obras, foi preciso recorrer a empréstimos aos bancos da cidade. Isso foi possível porque a partir dos anos de 1950 Juazeiro despontava na instalação de entidades financeiras dentro do Cariri cearense. Isso derivou da política de incentivo feita pelo município, como a doação de terrenos para a construção das sedes dessas instituições. Assim relatou o Jornal *O Povo* (*Edição especial...*, 1972, p. 5):

Sentindo o irreversível progresso de Juazeiro, uma forte rede bancária se instalou na sede do município, onde nada menos de seis grandes bancos, inclusive o Banco do Nordeste, possuem agência, com apreciável volume de negócios. Basta que se diga que a agência do Banco do Brasil em Juazeiro do Norte, lidera as demais grandes cidades cearenses no movimento de compensação de cheques.

Para a instalação do Banco do Nordeste em 1957, houve a cessão do prédio da velha Prefeitura Municipal, localizado em frente à Praça Padre Cícero, por meio de projeto submetido e outorgado no dia 13 de junho do mesmo ano (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 7 de junho de 1957, p. 82b, 84b).

Essa ação, realizada pelos poderes públicos, foi possível devido ao grande anseio em trazer e instalar essa agência bancária

a Juazeiro. Todavia, o edifício em que se localizava o complexo da Prefeitura Municipal, com seus departamentos e secretarias, ficou sem espaço para expandir sua estrutura física. Assim, na década de 1960, com o avanço das casas comerciais dentro do perímetro urbano, percebeu-se a necessidade de construir o Paço Municipal em um espaço mais afastado da Praça Padre Cícero.

Para a realização dessa obra, foi inevitável deslocar a “Feira do Capim”⁴⁰ para uma localidade mais afastada do centro urbano em fins da década de 1960⁴¹. Esse lugar passou, também, a fazer parte do perímetro urbano de Juazeiro do Norte a partir de 1965. A sua retirada pela prefeitura tinha como meta a construção do prédio que comportaria as secretarias e o gabinete do gestor do município de Juazeiro. A cidade, apesar da propagada imagem de progressista, não possuía um Paço Municipal. Sua construção demonstrou o avanço que esse município dava nos caminhos do progresso e das ações que tinham a finalidade de urbanizá-lo.

O vereador Fernandes Coimbra, na sessão do dia 24 de maio de 1963, apelou e tentou comover os colegas presentes para aprovação do projeto de sua construção. Conforme ele, era “lamentável Juazeiro, a exemplo de muitas outras cidades, não possuir ainda o seu Paço Municipal” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 1963, p. 53b). O mesmo comunicou, logo em seguida, que o prefeito tinha feito o convênio com o governo estadual e conseguido a quantia de CR\$ 15.000.000,00

⁴⁰ A Feira do Capim era realizada no território em que se localiza, atualmente, a Prefeitura Municipal de Juazeiro. Ela movimentava os criadores de animais na cidade que precisavam de “capim” para alimentar as criações. O principal produto dela era o “Capim” e vinha do território rural da cidade e das localidades vizinhas, os feixes de capim eram carregados por carroças puxadas por burros e bois.

⁴¹ Ela foi transferida para o “Quadro Senhora Santana” no final da década de 1960. Esse espaço é próximo, atualmente, ao colégio Salesiano.

para sua edificação. Enfim, o prédio foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1965.

A escolha de um espaço mais afastado do centro comercial para a construção do prédio da Prefeitura Municipal favoreceu a edificação da praça que lhe dava acesso e impulsionou o avanço urbano para a zona suburbana dessa cidade. A construção da sede do Palácio Municipal representava, para o poder público juazeirense, a imponência e a marcha progressista da cidade.

Outros empreendimentos se deram em Juazeiro a partir de 1950. Entre eles, realçamos a criação do “centro telefônico da Terra do Padre Cícero”, que tinha 500 linhas e 300 aparelhos, e foi inaugurado em 6 de janeiro de 1955, na legislatura do prefeito José Monteiro de Mâcedo (1951-1955), em prédio construído pela municipalidade (*Folha do Juazeiro*, Ano V, nº. 48, 1973, p. 2). Empenharam-se, também, para o levantamento do crédito de Cr\$ 20.000,00 com o objetivo de financiar a propaganda para a compra dos aparelhos telefônicos. Essa ação para a arrecadação do montante financeiro necessário para o empreendimento foi chamado, por eles, de “Campanha dos telefones” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 13 de fevereiro de 1952, p. 85b).

Com a dinamicidade dessa cidade e o aumento demográfico foi necessário aumentar as instituições de Saúde Municipal, por exemplo, com a construção do Hospital Geral de Pediatria Imijunho (1976) e de Estefânia (1972) (*A Ação*, Ano XXXII, nº. 1.381, 1972, p. 5). Para estruturar e promover um conforto para o trabalho dos vereadores da cidade se construiu, também, o Palácio Floro Bartolomeu, sede da Câmara Municipal, em 1976.

No ano de 1954 se inaugurou em Juazeiro a obra mais almejada pela municipalidade juazeirense, a saber, o Aeroporto Regional do Cariri. O embate político no Cariri cearense em torno da escolha do local que o sediaría foi travado pelos representantes políticos de Juazeiro, Crato e Barbalha, especialmente os primeiros.

A comissão responsável por averiguar o território propício para instalação do aeroporto veio visitar o Cariri para verificar o melhor lugar para o pouso das aeronaves. Nessa avaliação, a cidade de Juazeiro foi escolhida para a construção do aeroporto. Por isso, desde 1953 intensificaram-se os trabalhos para a edificação dessa obra, que lhe daria um destaque na região, marcando, com isso, a sua marcha progressista em relação às outras cidades da região Sul cearense.

O Aeroporto do Cariri representava o sinal de seu avanço progressista que se intensificaria depois de sua instalação. Em 1957, último ano da construção e término dos detalhes do mais novo empreendimento, foi criada uma lei que denominou “a estrada do aeroporto de via 22 de abril”. Essa data fora para os juazeirenses uma data-símbolo de mudança, progresso e transformação para a localidade, haja vista que foi no dia 22 de abril de 1872 que Padre Cícero fincou, definitivamente, moradia em “Joaseiro” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 22 de abril de 1957, p. 51b). Assim, nomear a via que dava acesso ao Aeroporto Regional com essa data simbólica seria afirmar que novos ares de mudança estavam chegando a essa terra.

No dia 10 de junho de 1957 chegou à câmara de Juazeiro do Norte uma carta da “Real Aerovia Aeronorte Nacional S/A”, solicitando algumas providências de seus poderes públicos, como a

[...] remoção da feira de molas, localizada em frente da agência da referida Companhia, estabelecer em horário de funcionamento para a amplificadora do cinema Capitólio, pertencente à Empresa Guri, proibição do tráfego de animais e carroças pela estrada que dá acesso ao Aeroporto do Cariri (*Idem*, 10 de junho de 1957, p. 83b).

Apesar da instalação do Aeroporto do Cariri em 1954, o seu funcionamento não era expressivo na região. Isso era resultado

de algumas falhas existente em sua infraestrutura. Durante os anos de 1960, realizaram-se pequenos melhoramentos e reajuste no Aeroporto procurando amenizar os problemas que o impossibilitavam de receber aviões de médio porte. Uma primeira reforma importante em sua pista de pouso foi feita em 1970, tendo como finalidade favorecer o pouso de grandes aviões. Para isso, o Governo do estado do Ceará e uma construtora inglesa investiram na reforma a quantia, respectivamente, de Cr\$ 550.000,00 e Cr\$ 690.930.74.

Com as construções do Paço Municipal, de algumas escolas, do Centro Cultural Popular, do Estádio Romeirão e da Estátua Padre Cícero, promoveu-se o avanço das habitações e da malha urbana em direção à sua zona rural e suburbana, favorecendo, assim, o crescimento dos bairros existentes e o surgimento de novos – como por exemplo o estabelecimento e expansão do bairro Franciscano a partir da construção do Santuário de São Francisco de Assis, em princípios da década de 1950. A edificação dessa Igreja teve o apoio dos poderes públicos, pois a Ordem dos Missionários Capuchinhos, além de trazer para a cidade uma instituição de ensino, prestaria auxílio aos habitantes mais necessitados.

Segundo o *Jornal do Cariri* (Ano I, nº. 28, 1951, p. 2), os frades capuchinhos empreenderam a construção de “uma das maiores basílicas do Nordeste, uma grande oficina e o convento”. Sua edificação, além de ser “imponente”, promoveu o crescimento imobiliário em seu entorno. Algumas dessas habitações tinham aspectos simples, outras eram luxuosas. De qualquer forma, promoveram a constituição de um novo cenário urbano e melhoramentos públicos fora do perímetro urbano. Nesse bairro se verificava a fundação e funcionamento de “oficinas e fábricas”, amparados por intervenções públicas que possibilitassem dar aos moradores do “bairro Franciscano” condições dignas de sobrevivência e o exequível funcionamento de suas fábricas. O *Jornal Gazeta de Notícia* (Ano XLIII, nº. 12.228, 1969, p. 7),

afirma que em 1969 ele e o bairro Pirajá eram “duas pequenas cidades dentro de Juazeiro”.

Dessa forma, as construções de obras demonstravam que os espaços da *Cidade do Progresso* estavam mudando, ou seja, que a *Terra do Padre Cícero* crescia. Essas transformações atingiram, também, os seus espaços de religiosidade. A tentativa em torná-los ambientes de turismo foi um exemplo das múltiplas tensões ocorridas nos anos pós-1950 dentro de seu cotidiano. Nessa cidade o contraste entre progresso urbano e as mazelas sociais, resultado desse processo, era figurado pelos mendigos espalhados pela ladeira e, especialmente, no espaço do Horto, em que se localiza a estátua do Padre Cícero.

Enfim, o progresso econômico não chegou para todos e foi no cotidiano citadino que os menos favorecidos buscaram o pão para alimentar seus filhos e a reza-penitência. Os espaços de lazer eram acessados pelos seus moradores que possuíam melhores condições financeiras; suas localizações, em territórios distantes do centro, já desfavoreciam e dificultava o acesso dos pobres da *Terra do Padre Cícero*. Para esse grupo, a Praça Padre Cícero, além de coração pulsante da vida econômica, era o espaço de lazer e de sociabilidade mais acessível.

O avanço material desse espaço urbano arrastava para os lugares mais distantes do centro os moradores juazeirenses de baixa condição financeira. Surgia, com isso, uma crescente demanda de problemas sociais emergentes em função do processo de urbanização e industrialização da cidade a partir de 1950. Quais, então, os problemas sociais e urbanos em Juazeiro do Norte que afetavam o desenvolvimento econômico entre 1950 e 1980? Como se posicionaram discursivamente sobre eles? Que ações foram feitas para que não ameaçasse esse dado progresso de Juazeiro do Norte?

3. Novos problemas sociais e urbanos: obstáculos ao progresso da cidade

As migrações que fizeram Juazeiro, atraídas a princípio por um fenômeno de caráter religioso e depois pelo respeito e admiração ao Pe. Cícero, não encontraram aqui, terras para o trabalho agrícola. Dedicaram-se as artes e a pequena indústria a qual sempre latente, floresceu mais tarde quando os meios de transportes modernos vieram nos comunicar a outras cidades e estados. Hoje, esse ramo de atividade da vida juazeirense invade variados terrenos e surge diariamente, em todas as ruas, oficinas e pequenas fabricas que tudo indica, terão no futuro, grande esplendor. *Ao desenvolvimento comercial e industrial, corresponde o aumento acelerado da população feito naturalmente pela grande natalidade aqui verificada e de modo irregular, mas constante, pelas correntes imigratórias acarretando um surto de novos problemas sociais.* (*Jornal do Cariri*, Ano I, nº. 28, 1951, p. 1, grifos nossos)

Na citação acima, destacam-se dois fatores para o crescimento demográfico de Juazeiro. O primeiro fora a imigração de sertanejos nordestinos, com maior intensidade a partir de 1950 e, depois, a alta taxa de natalidade no município. Atrélava, assim, ao aumento demográfico o desenvolvimento da indústria, do comércio e a emergência de novos problemas sociais e urbanos.

Entre os anos de 1950 e 1980, os problemas em Juazeiro não eram somente a falta de infraestrutura em alguns de seus territórios, mas a emergência de questões sociais que estavam presentes no cotidiano de seu cenário urbano. Eles não eram resolvidos com eficácia, pois a dinâmica urbana dessa cidade brotava e intensificava a edificação de variadas habitações e atividades não legalizadas pelos poderes públicos, que procuravam

traçar espaços na cidade que representasse simbolicamente sua imagem de progresso. Por exemplo, a matéria de comemoração aos 59 anos de sua emancipação política, publicada no *Jornal Tribuna do Cariri* (Ano I, nº. 3, 1970, p. 1), era constituída de texto e fotomontagem, ou seja, um recurso de divulgação escrita e uma visual. Primeiramente, no texto, o colunista a enaltecia e ao sentimento patriótico dos juazeirenses para com ela, ou seja, “ninguém mais do que nós sente o prazer imenso, o infinitamente grande poder do progresso” de Juazeiro e “todos nós amamos, todos nós queremos crer harmoniosamente para o crescimento da nossa pátria. A pátria que é Juazeiro do Norte”. Em segundo lugar, ao lado da matéria colocou-se uma “fotomontagem” que simbolizava alguns dos principais sinais materiais do progresso da cidade. O *Jornal Tribuna do Cariri* selecionou, então, obras para exemplificar os ares progressistas de Juazeiro do Norte no ano de 1970, a saber, o Paço Municipal, Praça Padre Cícero, o estádio Romeirão, Ginásio Municipal e Monumento do Padre Cícero.

No entanto, nos espaços onde se localizavam essas obras e em suas principais ruas, alguns problemas sociais se intensificaram no dia-a-dia. Nesta parte do trabalho, almejamos continuar a nossa análise verificando as seguintes questões: Quais os problemas urbanos e sociais que emergiram dentro dessa cidade em 1950 a 1980? Como as autoridades se posicionaram sobre eles? Que ações foram tomadas para resolver essas ameaças à “imagem de Progresso da Juazeiro do Norte”?

As pessoas que chegaram à cidade de 1950 a 1980 vieram de vários Estados: “Goiás, Pernambuco, Alagoas, Piauí, Maranhão e Bahia” (*O Povo*, Ano XXXIV, nº. 10.333, 1961, p. 1). Elas procuraram enraizar-se nela, acreditando-se que era uma “terra da promessa”, e desenvolveram atividades econômicas e comerciais que aos poucos lhes deram visibilidade política e econômica. Mas o aumento dessas condições de renda não atingiu um nú-

mero satisfatório de juazeirenses e nem dos imigrantes que a aportaram pós-1950.

A vida de muitos deles era simples e suas condições de trabalho precárias. Dessa maneira, os problemas sociais se alargaram ao mesmo tempo em que suas indústrias, fábricas e seu comércio passaram a prosperar e crescer. Portanto, os seus espaços urbanos estavam sendo preenchidos não somente pelas obras que sinalizavam o seu progresso, mas também pelos ambulantes que buscavam vender seus quitutes pelas suas ruas, pelos mendigos que se espalhavam em seus ambientes que pudessem ter maior concentração de pessoas e pelas meretrizes que invadiam as suas ruas centrais.

Na tabela adiante, verifica-se o crescimento populacional que sofreu Juazeiro do Norte nos anos de 1950 a 1980. Esses dados nos deram indícios do aumento populacional que levou o governo local a fazer constantes intervenções com a finalidade de resolver problemas decorrentes das imigrações.

População de Juazeiro do Norte (1950-1980)

<i>Ano</i>	<i>População</i>
1950	53.146
1960	68.494
1970	96.047
1980	135.620

Fonte: IBGE.

Em 1950, Juazeiro do Norte estava vivendo o momento de transição de seu comércio, tipicamente de subsistência, para os primeiros passos da comercialização em larga escala para as cidades e os estados fronteiriços da região do Cariri cearense. A partir de 1950, e em especial pós-1960, houve o interesse da

vinda de empresas para essa cidade e o fortalecimento das existentes, como as de curtumes e ourivesarias.

O Jornal *O Povo* (Ano XXXIV, nº. 10.333, 1961, p. 17), em matéria intitulada “O mais antigo e importante curtume do Ceará está na terra do Padre Cícero”, enalteceu os investimentos do curtume São José, fundado em 1928, que procurava aumentar suas instalações e adquirir um maquinário moderno para poder dar conta do mercado que se abriu com os estados de “Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará, Bahia, Rio Grande do Norte e Alagoas” e das demandas das fábricas de calçados em Juazeiro, que compravam o seu couro. Eram essas algumas das possibilidades de trabalho, fora do erário público, que os habitantes dessa cidade tinham nos anos de 1950 a 1980.

Destacamos também a constituição, a partir de 1950 da “Cooperativa de Consumo e Crédito Juazerense Ltda”. Ela tinha como finalidade fornecer crédito, através da parceria com o Banco do Brasil, aos pequenos proprietários das indústrias artesanais, manufactureiras e aos agricultores de Juazeiro e Cariri cearense. Para o Jornal *O Povo* (Ano XXXIV, nº. 10.333, 1961, p. 17), “o crédito fácil que vem sendo intensificado pela conhecida entidade tem contribuído, de maneira insofismável para o sempre crescimento, desenvolvimento do município que mais progride em todo o estado”.

Dessa forma, os seus pequenos comerciantes, artesãos, microempresários e agricultores receberam uma ajuda para melhorar suas instalações e intensificar a produção. Com isso, o governo tencionava aumentar o número de vagas de trabalho em prol de empregar a mão-de-obra ociosa juazeirense. Esse esforço, todavia, apenas atingia uma porção do montante de desempregados em Juazeiro, que crescia com a imigração.

Os homens e mulheres, jovens e crianças que chegaram ao Juazeiro do Norte não encontravam terras suficientes para a agricultura, ou seja, era impossível suportar a grande leva de camponeses em um território de apenas 249 quilômetros quadrados.

Esses camponeses ficaram moradia nessa cidade, mas não no seu centro e ruas principais, pois nelas os aluguéis das casas estavam aumentando de preço a cada ano. Procuraram, então, os terrenos mais afastados do perímetro urbano e começaram a levantar suas moradias com taipas e tijolos⁴².

A cidade, a partir de 1950 começou a tomar outras proporções, transformando a zona rural que ficava próxima do Bairro São Miguel, da Igreja do Socorro e toda a área da linha do trem em direção à cidade do Crato, Barbalha e Missão Velha. Destacamos, a partir daqui, os problemas que envolviam sua infraestrutura, as questões sociais e o andamento de sua dinâmica urbana.

3.1. Problemas urbanos: do transporte público aos dilemas com o abastecimento de água e luz

O ideal de organizar Juazeiro do Norte levou a Câmara dos vereadores a embates discursivos e projeção de ações para a sua maior estruturação, especialmente da zona urbana. Nesse sentido, foi

⁴² A Prefeitura Municipal de Juazeiro verificou o aumento das habitações em territórios não legalizados, não pertencente à zona urbana da cidade e nem pensadas pela municipalidade, mas que emergiram “da noite para o dia”. Isso acarretou uma reavaliação, a partir de 1950, das zonas que compunham o município. Isso significou que o crescimento populacional tinha expandido as dimensões da cidade e de seu perímetro urbano. Assim, o poder legislativo de Juazeiro aprovou o seguinte perímetro urbano em 1950: “Rua São José a Rua do Cruzeiro – para Rua Salgadinho a Rua do Cemitério, a Rua Sta. Luzia, a Rua Sta. Rosa para a Rua Sto. Antonio, a Rua S. José atravessando o salesiano deste para a Rua Padre Cícero, depois para a Rua Leão XIII a Rua Sta. Clara, destas para a Rua das Cacimbas, a Rua de São Candido, para a Rua S. Luiz, para a Rua S. Jorge e a Rua São Bernardes a Rua S. Domingos a Rua S. Luiz, para Rua S. Jorge a Rua Sta. Luzia, a Rua São Miguel a Rua São Francisco a Rua da Gloria, a Rua Nova a Rua São Paulo, a Rua da matriz a Rua do Brejo” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 13 de janeiro de 1950, p.12b).

criada uma lei orçamentária para elaboração de planos que visassem “olhar com bons olhos para a arborização das ruas, pavimentação, praças, luz, água e enfim pelo embelezamento da cidade” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 14 de setembro de 1951, p. 46a).

Nos anos de 1950, na Câmara dos Vereadores, além do debate e homologação do “plano de pavimentação” para a cidade (*Idem*, 1 de outubro de 1951, p. 55a) e da compra de um terreno “nas mediações do Mercado Público” para colocar os animais no dia de feira, discutiu-se também a “lei que cria o serviço de transporte coletivo interno” (*Idem*, 21 de outubro de 1957, p. 7b). Para o *Jornal do Cariri* (Ano I, nº. 26, 1951, p. 1), na matéria “Juazeiro carece de transportes urbanos”, era uma lástima a cidade não possuir o serviço de transporte urbano. Por isso, era necessário que se requeressem e levantassem recursos que apoiassem financeiramente a implantação de seu transporte coletivo, pois

[...] a nossa cidade pela população, pela área que ocupa, pelo movimento comercial e industrial que acarreta a deslocação diária de milhares de operários, comerciários, estudantes etc., desde há muito tempo está a exigir um sistema de transporte urbano capaz de facilitar a locomoção dos habitantes. Cita o fato aberrante de um automóvel exigir para rodar até a estação ferroviária a quantia excessiva de CR\$ 30.00.

Em 1957 se construiu nessa cidade a “Companhia de melhoramento de Juazeiro do Norte”. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 14 de novembro de 1957, p. 23a). Essa entidade sinalizava a preocupação com os pequenos problemas na infraestrutura e a necessidade do acesso dos transportes públicos em suas várias localidades.

Ainda nos anos de 1950, verificamos nas atas da Câmara Municipal uma constante preocupação com a insuficiência do abastecimento de água nos bairros centrais e naqueles pertencentes

à zona suburbana. Pois o recurso natural que supria a necessidade da população juazeirense vinha da lagoa das Timbaúbas e para esta água ser consumida, precisava de “uma dosagem de medicamento para tornar-se potável” (*Idem*, 16 de abril de 1958, p. 32a).

Os vereadores levaram essas preocupações para as sessões da Câmara e propuseram que se fizesse um ofício ao diretor do Departamento de Estradas e Rodagem para o melhoramento das vias públicas e a construção de um açude que pudesse suprir a necessidade do abastecimento de água nesse município⁴³. Todavia, a construção do açude não resolveu o seu problema. Por isso, em 1963 a Prefeitura Municipal e Câmara dos vereadores pediram ao DNOCS⁴⁴ uma ajuda financeira para a edificação de um poço amazônico para suprir o abastecimento de água. A promoção do progresso dessa cidade e os projetos que o tornariam viável, nesse período, carregaram o “sentido de modernização” propagado pela “Aliança para o progresso”. Foi necessária, portanto, a assimilação por parte dos poderes públicos juazeirenses da ideologia da “Aliança” na formulação de projetos que pretendiam submeter aos órgãos de fomento norte-americano⁴⁵.

⁴³ O local escolhido para a construção do açude foi o Sítio Carneiro, de onde depois de finalizado foi denominado “açude dos Carneiros”.

⁴⁴ Departamento Nacional de Obras Contra a Seca; criado como Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS) em 1900, em 1945 assumiu a denominação de DNOCS, que permanece até hoje. O DNOCS era um órgão da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) que recebia financiamento fruto da política da “Aliança para o progresso” dos Estados Unidos da América desde 1961.

⁴⁵ Segundo Ribeiro (2006), os EUA construíram uma “teoria da modernidade”, um “*corpus*” doutrinário e de ideias que defendia um modelo de modernização a ser seguido pelos países que almejavam chegar ao patamar de “desenvolvido”. Promovendo, assim, a “fé no progresso” e constituindo uma esperança para os países não “desenvolvidos” em conseguir chegar (cont.)

A construção do SENAI em Juazeiro do Norte, por exemplo, estava imersa no projeto de formação de mão-de-obra para a indústria, levando a uma qualificação, especialização dos trabalhadores e uma capacitação do ritmo dos novos equipamentos industriais. Fazia-se premente essa capacitação tendo em vista que os recursos para a aquisição de máquinas sofisticadas poderiam ser alcançados com os financiamentos estadunidenses. A edificação do SENAI, em sua função de escola profissionalizante e formadora de seu operariado, era indispensável para a administração pública, ou seja, “[...] para a sua construção não existirá empecilhos, até mesmo uma rua poderá ser interrompida, contanto que Juazeiro adquira esta escola” (*Idem*, 12 de dezembro de 1966, p. 14a).

(cont.) ao estágio de desenvolvimento dos Estados Unidos da América. Para isso, e objetivando também conter o avanço do comunismo, criaram o projeto “Aliança para o progresso” (1961) que visava levar o “desenvolvimento” aos países latinos americanos através, principalmente, de investimentos econômicos (2006, p. 152). Verificamos, ao analisar as atas da Câmara Municipal de Juazeiro, que durante os anos de 1960 as ajudas financeiras dos EUA estavam presentes nos projetos do governo municipal em obras de grande porte e pequenos melhoramentos urbanos. Esse financiamento estadunidense vinha de forma indireta, por exemplo, via ação da SUDENE, e direta através do projeto Morris Azimov. Ademais, o financiamento da USAID na construção das obras públicas em Juazeiro do Norte através da SUDENE, tinha-se, por exemplo, no dia 9 de dezembro de 1966 o apoio do governo americano no projeto de água potável e esgoto possibilitando a CAENE pagar a suas dívidas, a fiscalização desse órgão se dava pelo município e órgão Americano “USAID” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 9 de dezembro de 1966, p. 6a). Em 12 de dezembro do mesmo ano foi assinado o acordo que confirmava o contrato e aliança direta com a empresa americana USAID. Depois disso, a prefeitura municipal de Juazeiro do Norte e USAID possibilitaram a abertura de financiamentos para realização de alguns empreendimentos em prol do “progresso”, como a autorização para a abertura de crédito para adquirir o terreno da escola de aprendizagem/SENAI.

Outro problema urbano recorrente dizia respeito à iluminação pública. Verificamos nas fontes analisadas as cobranças da população em relação a esse serviço. Para amenizar os dilemas com a iluminação e segurança dos espaços urbanos em Juazeiro, a prefeitura, no início da década de 1950, procurou adquirir motores para potencializar a geração de energia.

Em 1951 o prefeito José Monteiro deu início a uma campanha em prol de comprar motores potentes para a geração de energia em Juazeiro do Norte, convidando os juazeirenses, especialmente os de condição financeira favorável, a colaborar com doação em dinheiro para a aquisição dos equipamentos. Essa ação almejava ratificar a sua imagem do progresso e promover vários empreendimentos em seu território, mesmo que a energia fosse fraca e sem muita potência para iluminar toda a municipalidade. As chamadas de ajuda eram publicadas no *Jornal do Cariri* e tinham a seguinte mensagem:



Fonte: *Jornal do Cariri*, ano I, n.37, 1951, p.1

A aquisição desses motores para a *Empresa de Energia Padre Cícero* teve o apoio “de todas as classes” e o financiamento de “importante firma americana” com crédito de 900.000,00 mil cruzeiros. O dinheiro arrecadado com a firma estrangeira e as contribuições dos juazeirenses permitiram ao prefeito José Monteiro comprar três “grandes motores”, que possuíam individualmente a potência de 116 Km aumentando “cerca de 350.000

velas a produção de energia da Empresa Padre Cícero, patrimônio da municipalidade” (*Idem*, Ano I, nº. 48, 1951, p. 1).

Depois da instalação dos motores, o número de lugares que precisavam de iluminação também cresceu. Por isso, o problema continuou e coube aos responsáveis regularem a utilização de sua energia. Dessa maneira, alguns espaços acabaram sendo privilegiados e outros foram postos em segundo plano, já que os motores do município não aguentaram a carga de lâmpadas e objetos ligados ao mesmo tempo⁴⁶.

Essa dificuldade com a iluminação pública foi resolvida com a chegada da energia elétrica gerada em Paulo Afonso, eliminando “os candieiros, as velas de cera de carnaúba e os murrões de azeite de mamona” (LEIS MUNICIPAIS DE JUAZEIRO DO NORTE, Caixa 320, 1962, p. 1) que ainda eram muito utilizados para iluminar as residências.

Em 1963, outras ações e projetos dos poderes públicos procuraram intervir na cidade reformando os seus espaços, financiando empreendimentos, doando terrenos e viabilizando ajudas financeiras aos comerciantes. Por exemplo, foi homologada a lei de doação do “terreno ao Instituto de Aposentadoria e Pensões” pelo município – a justificativa era a de que a entidade construiria em Juazeiro do Norte um ambulatório na Praça da Estação (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 26 de março de 1963, p. 1a). No ano anterior havia sido sancionada a lei municipal nº. 164, que viabilizara a compra de um terreno pela municipalidade e sua doação à Secretaria de Educação do Estado para a construção de um “Ginásio Industrial” (*Ibid.*).

⁴⁶ Em 1958 se apresentou na Câmara uma crítica ao prefeito por ter retirado os postes de iluminação pública do “subúrbio da cidade” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 23 de maio, p. 41a). Os vereadores da ala de defesa do prefeito alegaram que essa medida tinha sido tomada para a manutenção dos objetos e a troca dos fios velhos a fim de “que haja luz mais eficiente”. (*Ibid.*).

A prefeitura municipal, depois da homologação dessas leis pelos vereadores em 16 de abril de 1963, pediu a aprovação de um projeto de abertura de crédito de Cr\$ 5.000.000,00 para “[...] custear as despesas com a aquisição de material e mão de obra no serviço de iluminação das Praças Almirante Alexandrino (Praça Padre Cícero) e São Vicente” (*Ibid.*, p. 16a). Essa reforma foi realizada visando o embelezamento das praças públicas, principalmente o largo Padre Cícero. Nesse mesmo dia foi discutido, também, um projeto de melhoramento no trânsito urbano, requerendo a formulação de uma lei municipal que proibisse o estacionamento de grandes caminhões de carga nas praças e ruas principais para o comércio, por exemplo, a Rua São Pedro. E, por fim, pensou-se nos possíveis locais que seriam viáveis ao recebimento desses transportes.

Entre 1963 e 1966, a Prefeitura Municipal solicitou ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens (DAER) a construção do trecho inicial da rodovia Juazeiro / Caririáçú. Isso viabilizara diminuir a distância entre a *Meca do Cariri* e a cidade serrana de São Pedro. Além disso, a construção de uma “moderna ponte” sobre o Rio Salgadinho, que garantiria “o tráfego normal mesmo nas épocas invernosas”, proporcionando aos transeuntes que atravessavam, evitar “grande volta em torno do Brejo, com sensível economia de transporte” (*Folha do Cariri*, Ano I, nº. 1, 1965, p. 2).

No final da década de 1960, com a dinâmica urbana e demográfica, o poder executivo promulgou a lei de nº. 366, que ampliava “os quadros urbanos e suburbanos do município de Juazeiro do Norte” e autorizou a instituição da “taxa de iluminação pública”, assinando convênio com a “Cia de eletricidade do Cariri” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 4 de agosto de 1969, p. 37a).

Nos anos de 1970 os vereadores denunciaram a falta de recursos básicos para a sobrevivência digna dos municípios da cidade, como a “limpeza e assistência pública”, e propuseram o

projeto de construção de mercados públicos com a finalidade de favorecer o “comércio do artesanato” (*Idem*, 5 de julho de 1970, p. 45a). Homologou-se em 1970, também, autorização da doação de um terreno para a construção da sede da Previdência Social, do prédio dos Correios e Telégrafos e de privadas públicas na Rua Jovinto Rocha.

Verificamos indícios de que nos anos de 1970 foram intensos os problemas sociourbanos. Em primeiro lugar, a reclamação sobre os buracos das ruas, calçadas, dos cruzamentos e os bueiros na cidade – problema que, segundo *Jornal Tribuna do Cariri*, era agravado com ações de seus alguns moradores, pois

[...] enquanto a prefeitura Municipal procura limpar a cidade, indivíduos menos avisados fazem dos canteiros de nossas avenidas, depósitos de lixo. Enquanto a prefeitura, num esforço tremendo põe pedras em certas vias públicas faz calçamentos, (quase mal feitos) os construtores da rede de água da CAENE, esburacam tudo e deixam tudo ao “Deus dará”. (*Tribuna do Cariri*, Ano I, nº. 2, 1970, p. 1).

Os “montões de lixo” que se percebiam nas ruas e praças em Juazeiro eram sinais da insuficiência da limpeza pública para o tamanho da população de quase 100 mil habitantes. Além de cobrar da Prefeitura Municipal melhorias nesse serviço, para o jornal era necessário “uma campanha para educar o povo e os funcionários da prefeitura”, pois “causa desolação e espanto a visão de nossas praças, antes tão lindas, verdinhas e limpas” (*Ibid*)⁴⁷.

⁴⁷ O mesmo jornal defendeu, nos anos de 1970, que o DAER e SUDENE tapsassem os buracos da cidade e, para isso, aproveitassem “os excedentes das frentes de trabalho para calçar as numerosas ruas, focos de lama e de poeira, ambiente para todas as moléstias” (*Tribuna do Cariri*, ano I, nº. 2, 1970, p. 1). Esse pedido estava embasado pela preocupação com a beleza da cidade e a salubridade de seus espaços.

No final da década de 1970 foram requeridos melhoramentos urbanos em Juazeiro do Norte, como na sessão de 1979 do dia 22 de maio. Nela os vereadores enviaram um ofício ao prefeito solicitando a regulamentação dos pontos de parada de ônibus circulares para melhor atendimento dos usuários. No mesmo dia, pediram ao executivo aterro e calçamento para as ruas Cel. Neri e Santa Maria, a partir da rua São Pedro até a Senhora Santana. Nessa mesma sessão, também, redigiram um ofício para a CAGECE cobrando medidas para a falta de água na cidade, principalmente na Rua 24 de Março e do Seminário e um “ofício ao Exmo. Prefeito Municipal pedindo a construção de calçamento nas Ruas da Paz e José de Alencar” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 22 de maio de 1979, p. 1a).

3.2. Das “Mulheres de vida livre” a “mendicância”: problemas sociais na “Cidade do Progresso”

Para analisarmos os problemas sociais que atingiram a cidade, e a intensificação dos já existentes, destacamos a preocupação dos poderes públicos com a zona do meretrício, a pobreza e mendicância. Trataremos, em primeiro plano, da “zona do meretrício” nos anos de 1950.

Diante da Igreja de Nossa Senhora das Dores e do colégio dos Salesianos, passando pelas vielas das ruas do Brejo, São Pedro e São Paulo se encontravam as “mulheres de vida livres”, escandalizando as “senhoras” juazeirenses. As damas da sociedade de Juazeiro do Norte, segundo o *Jornal do Cariri* (Ano I, nº. 26, 1951, p. 4), eram obrigadas a se depararem com a “vergonha” que deprimia “o tradicional e elevado sentimento moral da terra do Padre Cícero”.

Em uma série de reportagens iniciadas em 1951 nesse mesmo Jornal, o colunista J. Gonçalves Ribeiro formulou uma campanha “sincera e desinteressada” na defesa do que para ele seria

interesse do “povo” juazeirense. Ela se destinava diretamente às autoridades, solicitando uma tomada de atitude sobre os “lupanares” no centro da cidade. Para Ribeiro (*Ibid.*), “tornam-se necessárias imediatas providencias por parte das autoridades competentes”, pois se observava nas “principais ruas da nossa urbe [...] as principais casas de diversão”. A elite intelectual e financeira da cidade protestou e cobrou dos poderes competentes a resolução do problema. Por isso, eles apontaram,

[...] os lupanares das ruas São Sebastião e São Paulo. Na primeira, por exemplo, as famílias não mais podem transitar, principalmente aquelas que se dirigem ao colégio Salesiano, afim de fazerem as suas orações. Uma vez ali passando terão que defrontar-se com as “donas” em suas magníficas “posições” muitas vezes acompanhadas dos compactuantes. É lamentável que indecorosos e indesejáveis “trastes” fiquem a barba das autoridades cuspiendo o seu contagioso micróbio no âmago da tradição moral da nossa terra e exemplificando maldosamente a posteridade (*Ibid.*).

O mesmo colunista, J. Gonçalves Ribeiro (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 28 de março, 1951, p. 4b), na posição de vereador do município, propôs um projeto aos seus pares na “casa do povo” em prol de solucionar o dilema das casas de “diversão”. Ele não queria exterminar as “mulheres de vida livre”, mas sim, as casas e espaços imorais existentes no centro da cidade, propondo uma “regularização da localização dos lupanares”. Para isso, no dia 28 de março de 1951, apresentou e defendeu dois projetos para promover a moralização da “Terra da Mãe das Dores” que compuseram a lei nº. 5. Eram estes:

1) autorizar a doação do terreno mais distante do centro da cidade e em “lugar apropriado” para a construção de núcleos habitacionais para as “mulheres de vida livre”; 2) isentar os

“impostos municipais pelo prazo de 4 anos a contar a data da publicidade desta, a quem propuser a construir núcleos residenciais em lugar apropriado, destinado as mulheres de vida livres” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 28 de março, 1951, p. 3b).

Na sessão do dia 30 de abril de 1951, o mesmo vereador realizou um discurso explanando toda a polêmica vinda do Crato em torno da homologação da lei nº. 5, de sua autoria, mencionando ter “recebido por parte dos redatores da folha ‘O Município’ da vizinha cidade do Crato, ataques injuriosos que vinham ferir a dignidade desta casa” (*Ibid.*, p. 28b). Por isso, solicitou aos seus pares que deveriam responder aos “referidos ataques” com “diplomacia” ou com a mesma “feição” realizada pelos cratenses.

A resposta do poder público juazeirense contra as matérias da folha *O Município* foi publicada no *Jornal do Cariri* em 13 de maio de 1951. Os vereadores de Juazeiro denominaram o realizado pela imprensa cratense como uma “crítica barata” e alegaram que as autarquias juazeirenses promulgaram a lei nº. 5 como “uma medida profilática que visa evitar a dissolução dos costumes e preservar a moral pública dos inúmeros atentados que sofre frequentemente, a mercê da atual localização do baixo meretrício na terra do Padre Cícero” (*Jornal do Cariri*, Ano I, nº. 41, 13 de maio, 1951, p. 01). Segundo esses vereadores,

[...] a lei nº. 5 foi votada por esse princípio: afastar do centro da cidade o degradante exemplo da prostituição. Se não podemos enxotar a ponta-pés as meretrizes que afrontam a recatada família de nossa terra, o que só seria possível na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini – qual o caminho a seguirmos para alcançar o objetivo? Se não podemos evitar que alguém se degrade como poderemos exterminar na face da terra a nocividade dos que se pervertem por culpa própria ou de fatores outros de ordem social e biológica? (*Ibid.*).

Anos depois da formulação dessa lei, ainda encontramos nas atas da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte denúncias da presença de prostitutas em algumas ruas centrais dessa cidade. Por exemplo, na ata do dia 23 de maio de 1958 o vereador Miguel Coelho Rocha “solicitou que fossem expedidos com brevidade os ofícios solicitados em sessão anterior no sentido que sejam retiradas as meretrizes da Rua S. Jorge” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, p. 41b).

A partir daqui discorremos sobre a pobreza na paisagem urbana de Juazeiro, pois o progresso que chegava à cidade atingia uma parcela ínfima da população. Por exemplo, nos anos de 1950 a cidade começou a construir um projeto que visava adquirir para o município um motor que fornecesse “água aos habitantes da Praça Floriano Peixoto”. Para isso, criaram o “crédito de CR\$ 150.00,00 para aquisição”, pois “era de mais urgência e que trariam maiores benefícios para o município uma vez que o mesmo satisfazia o povo pobre da localidade” (*Idem*, 9 de março de 1951, p. 100a).

A pobreza aumentou e casas passaram a ser construídas no centro dessa cidade na década de 1970. As habitações impróprias eram edificadas sem nenhum tipo de organização e planejamento. Para a *Folha de Juazeiro* (Ano IX, nº. 68, 1977, p. 05), instalava-se no centro de Juazeiro do Norte uma favela que se constituía de “um conglomerado de habitações (sic) em promiscuidade impressionante, em total desacordo com as normas básicas e simples de higiene”. Essas habitações acabavam edificando um cenário urbano com deformidades, como no caso das ruas pequenas. Sua existência provocava consequências. Por exemplo, prejudicava o andamento da dinâmica urbana em Juazeiro, pois o trânsito “assaz e difícil de controlar”, intensificado pelo aumento de veículos nessa cidade e falta de responsabilidade de alguns motoristas, transformavam “as ruas principais do centro, um verdadeiro caos, principalmente as Ruas São Pedro, São Paulo, Santa Luzia e Conceição” (*Ibid.*).

Ainda nesse jornal, sugeria-se que a falta de um plano urbanístico para a construção de suas ruas também contribuía para a difícil mobilidade simultânea de pedestres, feirantes e veículos (*Ibid.*). Na matéria “Salvemos Juazeiro!”, publicado no *Jornal Tribuna do Cariri* (Ano II, nº. 11, 1971, p. 2), denunciava-se a falta de planejamento das ruas em Juazeiro, ou seja, “as nossas ruas são criadas ao bel prazer dos que loteiam terrenos, que desejam aproveitar a menor garra de terra e estreitar o máximo possível às ruas”.

Essa ação de diminuir a extensão dos lotes foi realizada por causa de valorização imobiliária e em vista do aumento de seus lucros. Por outro lado, as casas edificadas na Terra do Padre Cícero pelo “pobre e ignorante” não eram arquetizadas seguindo uma norma estética e nem possuíam uma planta norteadora de edificação. Eram feitas de acordo com as condições desses homens e mulheres, boa parte deles começaram levantando-as com barro e taipa, depois aos poucos conseguiam construí-la vão por vão com tijolos (*Ibid.*). Logo, as suas casas se destacaram no meio das outras que possuíam uma planta de construção, procurando se harmonizar com as outras habitações, em sua forma exterior e seus cômodos internos. Para o *Jornal Tribuna do Cariri* (Ano II, nº. 11, 1971, p. 2), isso resultou em,

[...] ruas sinuosas, estreitas, sem urbanização e arborização, casas residenciais edificadas sem direção técnica, praças ocupadas com construções e tantos outros erros que geram grandes problemas. Isso para nossa cidade que recebe centenas de milhares de turistas e visitantes cria um colorido diferente e negativo. Devemos olhar os problemas desta comuna com os olhos do futuro. Sabemos que o Prefeito Orlando Bezerra está assoberbado com empreendimentos importantíssimos, que o tempo é pouco para realizar as importantes metas traçadas, mas, estamos convictos de que, algo será feio em benefício da urbanização cidadina. Que o monstrengo que está

se desenvolvendo, estacionará para que esta administração salve, urbanisticamente, esta cidade gigante. E quanto a nós, cabe nos ajudar a administração, ajudando-a nas soluções dos problemas. Os pósteros que nos legaram este patrimônio esperam que entreguemos às gerações futuras à altura da nossa instrução e da nossa cultura, afirmando de que somos realmente filhos do século XX. Pedimos, pois um plano urbanístico para Juazeiro a fim de que, pondo-o em prática, possamos salvá-la.

Nos anos de 1960, além de se realizar atividades de tapaburaco na cidade, de expandir a iluminação de Paulo Afonso para os bairros existentes e os que surgiam, construir bueiros e esgotos (GAZETA DE NOTÍCIA, ano XLIII, nº. 12.228, 1969, p. 7), apoiou-se a manutenção de “abrigo” e a construção de 172 casas populares. Em relação a estas, para o jornal *A Ação* esse investimento somente fora possível graças à liberalização das “Quotas do Fundo de Participação e a ajuda prestada pelo Governo do estado através da Secretaria de planejamento” (Ano XXVIII, n. 1.244, 1968, p. 6).

Para o Jornal *Gazeta de Notícia* (Ano XLIII, nº. 12.228, 1969, p. 7) a construção do “moderno Conjunto Habitacional Plácido Castelo”, no bairro Pirajá foi um exemplo do avanço em melhorias para a população mais carente da cidade. Pois Juazeiro, nesse projeto em parceria com o governo estadual, fora a primeira cidade do interior do Estado a ser beneficiada pela Campanha de Habitação Popular do Ceará. As consequências dessa ação, segundo esse jornal, foram a “melhoria do padrão de residência para uma camada da população que ainda não estava acostumada aos requisitos mínimos da construção Civil” e “a construção de ruas de acesso, calçadas a pedra tosca e melhoria das artérias do bairro Franciscano (totalmente calçado)”.

Verificamos também a preocupação com a mendicância na cidade. Esse mal-estar, que incomodava os ares de progresso,

de acordo com a Prefeitura Municipal, tornava-se mais forte a partir do final da década de 1960. Os mendigos eram denominados pela população juazeirense de “povo faminto”, e pelo menos desde 1950 preocupavam os seus gestores. Por exemplo, no dia 19 de março de 1951 a sua Câmara do Município formulou uma campanha para arrecadar “dinheiro pelo comércio” em prol de saciar a fome de seus pedintes. Por isso, também se defendeu nessa mesma sessão que se “exigisse dos diretores do serviço de alimentação sanitária um restaurante daquela instituição para os operários desta cidade” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 19 de março de 1951, p. 2a).

Na sessão da Câmara Municipal do dia 11 de abril de 1951, o seu gestor municipal mandou um projeto de abertura de crédito de Cr\$ 30.000,00, que serviria para ser “aplicado em trabalho de emergência para atender as necessidades do povo faminto e outras providências destinadas ao mesmo fim como: alimentos, remédios, auxílios etc.” (*Ibid.*, p. 16b).

Com a construção de obras em vários territórios do espaço urbano em Juazeiro na década de 1960, procurava-se, dessa forma, viabilizar a concentração de visitantes e peregrinos às margens de seu perímetro urbano. Mas a mendicância fora para esses espaços, “imagens do progresso dessa cidade”, especialmente para o Horto, onde foi construído a Estátua de Padre Cícero. O *Jornal Folha de Juazeiro*, nos anos de 1970, argumentou que o aumento dessa porção da população de desprovidos dessa terra agravava as condições de infraestrutura de seus espaços urbanos, que não estavam tendo a manutenção e melhoramentos devidos, ou seja,

[...] o nicho do Pe. Cícero é guardado por legião de mendigos; o piso do pátio é seboso; a praça interna em cujos fundos se encrava o templo de São Francisco é de aridez entristecedora; a estação rodoviária é um desconforto; o monumento do padre Cícero, no Horto, é iluminado a barraca de quermesse,

com enfileiras de lâmpadas por todos os lados; o museu é o refúgio dos pedintes. (Ano IX, n.º. 68, 1976, p. 7)

A mendicância era percebida pelos visitantes de forma singular nessa cidade a partir de 1970. Em matéria publicada no *Jornal do Cariri*, o colunista Maurilo Miguel dos Santos⁴⁸ narrou suas observações de Juazeiro em sua visita ao município no ano de 1970. Nela enalteceu o “belo panorama”, “as lindas paisagens, trazidas pela serra do Horto” e “duas coisas lindas e importantes que são: “o Romeirão e o Monumento do Padre Cícero” (*Tribuna do Cariri*, Ano II, n.º. 9, 1971, p. 2).

Para Santos, em São Paulo já se falava do crescimento de Juazeiro e da “sua fama”, que “já se estende por esse Brasil afora”. Na matéria, propõe que os poderes públicos juazeirenses se unam aos comerciantes para “criar casas de caridade, abrigos (mais abrigos mesmos), aí então melhorará mais ainda seu aspecto e encanto” (*Ibid.*). A opinião desse colunista deu pistas do aumento de sua mendicância, os dilemas dos poderes competentes em tratar o tema e as denúncias de seus jornais e elite sobre as condições sociais dos lugares de visitaçào. Para ele,

[...] acontece, porém, na minha opinião, que existe um que roubando o encanto naquela bela atençào - O Monumento mal se começa a mirar e admirar aquela obra, sente-se agoniado por puxões constantes que lhe roubam a tranquilidade. Um, bate nas costas, outros agarram à camisa e outros mais calmos, fazem você ouvir continuamente lamentaçõe que lhe vem tirar toda a graça e prazer. Às vezes por piedade, às vezes por raiva de não ter sossego para admirar aquilo que ele tanto desejou. E para subir até a Estátua? Oh, é outro problema,

⁴⁸ Residia na cidade de São Paulo, visitou o Juazeiro do Norte em 1970 e escreveu a matéria “Opinião de um observador” (31 de outubro de 1970), publicada pelo *Jornal do Cariri* em 1971.

precisa ter cuidado. Se não for marrudo ficará enroscado nas mãos dos pobres moribundos que lhe puxam com desespero, pedindo-lhe auxílio. Agora me digam: é ou não é desagradável para visitantes que chegam de lugares longes. Que podem contar os Turistas, se não tiveram tempo para contemplar a beleza e a arte que existe ali? Contarão à miséria que viram e que sentiram ao verem cercados de mendigos estendendo-lhes as mãos, fazendo-lhes de bola de ping-pong. Por isso, não é necessário retirá-los. Como viverão? Pelo menos que fiquem no meio do caminho ou no pé da subida. Assim o visitante ao chegar ao Monumento teria tranquilidade para admirar o que realmente Juazeiro tem de belo e importante (*Ibid.*).

Nos anos de 1960, também houve questionamentos e protestos sobre práticas rurais por parte de alguns juazeirenses. Os vereadores, na tentativa de construir uma visibilidade de progresso e “embelezamento” para a cidade e endossados por um “abaixo-assinado de 70 assinaturas”, solicitaram aos moradores dos “trechos das Ruas São Francisco e São Jorge” a “retirada de curral infecto daquelas irradiações” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 19 de abril de 1963, p. 19a).

Os habitantes dessas ruas relutaram contra a ordem do legislativo de retirar os currais do bairro São Miguel. Segundo vereador Valdy Sabiá, essa solicitação tinha bases jurídicas, pois existia uma lei que proibia a “permanência de currais no centro da cidade” (*Ibid.*). Na sessão do dia 22 de abril de 1963, esse vereador trouxe ao plenário e apresentou a referida lei, ou seja, a lei nº. 3 de 5 de março de 1948, que “veda a instalação de currais ou vacarias no perímetro urbano da cidade” (*Ibid.*, p. 22a). Para ele, os vereadores estavam amparados por ela e poderiam votar a retirada urgente dos currais dessa localidade.

A cidade de Juazeiro do Norte entre 1950 e 1980, viveu um período de estruturação e formação de leis que demarcaram seus

territórios urbanos. Mas também, nessa época, emergiram na cidade novos problemas sociourbanos que foram desafiadores aos poderes públicos, que para tentar solucioná-los promoveram algumas ações e discursos que legitimavam suas intervenções. A construção de obras simbolizou o progresso, todavia, nessa cidade encontravam-se problemas sociais e urbanos que dificultavam seu desenvolvimento. Percebermos, assim, alguns traços das condições sociais e estruturais que marcaram essa cidade no período de 1950 a 1980, e que discordavam da construção de sua imagem de progresso.

Considerações finais

As intervenções dos poderes públicos em Juazeiro do Norte entre 1950 e 1980 procuraram expressar a sua imagem progressista. Para reforçar essa construção imagética e discursiva foram tomadas algumas medidas. Destacamos, nesse sentido, a formulação do Hino dessa cidade e o crescimento de seu comércio e indústria, intensificados nos anos de 1960 com o apoio financeiro estadunidense por meio do “projeto Morris Azimov” e, em especial, pela instalação da CELCA no Cariri cearense, que possibilitaram à cidade um destaque no cenário financeiro e político do estado do Ceará.

A vinda da energia da Hidrelétrica de Paulo Afonso a Juazeiro fortaleceu a sua atividade industrial, favoreceu a modernização dos equipamentos, a necessidade de levar uma qualificação ao operariado e a chegada de objetos tecnológicos. A criação do Instituto Cultural do Vale Caririense (1974), que procurou lutar pelo aperfeiçoamento e melhoria na área cultural em Juazeiro do Norte, também se insere nesse contexto de preocupação dos poderes públicos municipal em (re)inventar a sua imagem progressista.

Entre 1950 e 1980 os poderes públicos buscaram realizar melhoramentos em seu setor educacional com a construção de escolas, como o Ginásio Municipal Antônio Xavier de Oliveira (1970) e do Centro de Cultura Popular (1971), que tinha em suas instalações uma biblioteca e um teatro. Na área de lazer e esportes tivemos como apoio aos seus clubes esportivos a construção, por exemplo, do estádio Romeirão (1970). Outros empreendimentos públicos foram a construção da Estátua de Padre Cícero (1969), da Rodoviária (1973), do Hotel Municipal (1972) e do Paço Municipal (1965), entre outros.

Verificamos que a década de 1960 fora a mais pulsante na construção de obras importantes para a estruturação dessa municipalidade. Boa parte delas foi pensada com o intuito de melhorar a vida econômica e as condições estruturais da mesma, que, por sua vez, recebia a visita deromeiros. Muitos destes fincavam moradia na cidade, decorrendo disso o crescimento dos bairros. Assim, os espaços que pertenciam à zona suburbana em 1950, no final da década de 1970 já estavam atrelados à zona urbana.

Analisamos, por fim, os problemas urbanos que a assolavam, como o abastecimento de energia e água, o aumento dos buracos e melhoramentos de suas ruas, praças e espaços que se localizavam os seus prédios e monumentos, como a Estátua de Padre Cícero no Horto. Os problemas seus sociourbanos foram denunciados por alguns jornais e pela Câmara dos Vereadores. A Prefeitura Municipal, portanto, teve que enfrentar as questões sociais que emanavam na dinâmica dessa cidade e eram um empecilho para a manutenção de sua imagem de progresso, como a mendicância, pobreza e as mulheres de vida livre.

Percebemos, pois, que os discursos dos poderes públicos de 1950 a 1980 inventaram a imagem do progresso da cidade. Seus elaboradores justificaram, assim, as suas intervenções urbanas, procurando dar expressividade a essa “marcha” progressista, buscando lançar expectativas para o seu futuro por meio da realização de ações, obras e melhoramentos urbanos, mantendo e reforçando o comércio e a indústria e promovendo instituições que valorizavam a cultura local.

A palavra “progresso”, presente nos documentos de Câmara e nos jornais, sinalizava a concepção e posições dos poderes públicos em relação ao crescimento material da cidade entre os anos 1950 e 1980. Os membros do Instituto Cultural do Vale do Cariri (ICVC), no final da década de 1970, defenderam, no entanto, que para conseguir elevá-la a um patamar de desenvolvimento, e não apenas de um progresso econômico, dever-se-ia investir com mais afinco em sua dimensão cultural.

A reinvenção de Juazeiro como “Cidade do Progresso” expressou-se também na tentativa de naturalização de seu crescimento econômico e demográfico, como se percebe nos discursos proclamados em datas comemorativas. Da mesma forma, encontramos-a no hino do município escrito em 1968 por Geraldo Menezes Barbosa: “Salve hoje a cidade do Progresso”.

Levamos em consideração em nossa análise que nos anos pós-ditadura militar a ideia de “integração” era constante nos discursos do governo federal, estadual, estando presente também nos documentos da Câmara Municipal de Juazeiro. Nessa época, para Barbalho (*apud* SOARES, 2009), o governo buscou não mais construir a identidade do Brasil como fora pleiteado no Estado Novo de Getúlio Vargas, mas procurou integrar o “Povo” e o país. Essa “união” seria um elemento para se constituir a ordem, o resultado disso seria o alcance do progresso pelo Brasil.

Essa “Cidade do Progresso” foi construída discursivamente pelos poderes públicos juazeirenses como elemento de identidade e integração de seu “povo”. Essa reinvenção se deu também através da ênfase das particularidades desse espaço urbano em relação às outras urbes do Cariri, especialmente a cidade do Crato.

Todavia, a sua urbanização também favoreceu a intensificação e a emergência de novos problemas sociourbanos que destoavam da imagem de progresso propagada. Verificamos que esses problemas, gerados em boa parte pelo rápido aumento populacional, constituíram-se em obstáculos ao seu desenvolvimento. Era a outra face da “Cidade do Progresso”, marcada também pela pobreza e deficiências em sua infraestrutura.

Enfim, a reinvenção dessa “Cidade do Progresso”, operacionalizada pelos poderes públicos, se deu através de uma produção discursiva e imagética que procurou aliar essa representação à imagem de Juazeiro como “Terra do Padre Cícero”. Isso forneceu aberturas para consolidar essa imagem e os projetos de melhoramentos urbanos empreendidos pela municipalidade, como também de ações repletas de expectativas para o porvir dessa urbe.

Fontes e referências bibliográficas

DOCUMENTOS DE CÂMARA

Livro de atas da Comissão de organização Municipal da Câmara- Período:
1964-1968

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 20/12/49 a 09/03/51

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 19/03/51 a 10/11/1953

Livro IV da Sessão preparatória- Período: 1955-1971

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 03/09/56 a 08/10/1957

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 01/10/57 a 23/09/1959

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 26/03/1963 a 20/04/1964

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 1964 a 1965

Livro XI da sessão ordinária - Período: 1965 a 1966

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 07/09/1965 a 16/08/1970

Livro XIII da sessão ordinária- Período: 1967

Livro XIV da sessão ordinária- Período: 1967 a 1968

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 10/1968 a 03/02/1972

Livro de atas da comissão de finanças- Período: 02/04/1971 a 26/09/1971

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 17/05/1973 a 17/05/1977

Livro de atas de transmissão de cargos- Período: 1974

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 20/05/1976 a 01/08/1977

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 12/07/1976 a 31/01/1981

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 05/08/1977 a 20/03/1979

Livro de atas da Câmara municipal- Período: 22/03/1979 a 20/01/1981

JORNAIS E PERIODICOS

Jornal do Cariri (1950-1951)

O Rebate (1909-1910)

Folha do Juazeiro” (números 48, 59, 61 e 68)

Tribuna do Cariri (1970-1971)

Boletim e atas do Instituto Cultural do Vale Caririense (1974-1985)

A ação (1966-1979)

Gazeta de Notícia; edição especial de 1969

Cicerópoles; edição do dia 22 de julho de 1970, ano IV, n. 4.

O povo, edição n. 10.333, de 22 de julho de 1961, especial dos 61 anos de emancipação política de Juazeiro do Norte em 1972.

Executiva; edição n.1, novembro/dezembro de 1973.

SITES

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://juazeiroanos60.blogspot.com.br/>

<http://www.portaldejuazeiro.com/>

TESES E DISSERTAÇÕES

ARAUJO, Maria de Lourdes de. *A cidade do Padre Cícero: trabalho e fé*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Tese de doutorado.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Para uma história da cidade. In: BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Cidade na contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996, p.21-176. Dissertação de Mestrado.

CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”*: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Dissertação de Mestrado.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana, Florianópolis, 1950-1970*. Florianópolis: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Tese de doutorado.

PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. Fortaleza e os conflitos da expansão urbana. In: PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade dos clubes: Modernidade e “Glamour” na Fortaleza de 1950-1970*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003, p.49-79. Dissertação de Mestrado.

QUEIROZ, Fabio José Cavalcanti de. *Padre, Coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militar 1964-1985*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Tese de doutorado.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. *Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Tese de doutorado.

- _____. *Na senda do moderno: Fortaleza, paisagem e técnica nos anos 40*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Miguel Goulart da. “*Crescer com o Brasil*”: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975). Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012. Dissertação de mestrado.
- TORQUATO, Arthur Luis de Oliveira. *O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pedroza (1946-1950)*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011. Dissertação de mestrado.
- VIANA, José Italo Bezerra. *O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato*: Memória, escrita da história e representações da cidade. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011. Dissertação de mestrado.

ARTIGOS E LIVROS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteiras: História espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.
- _____. *História: A arte de inventar o passado*. Bauru- São Paulo: Eduse, 2007.
- _____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2006.
- ARGAN, Giulio Carlo. O espaço visual da cidade. In: ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.225-241.
- BARROS, José D’assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A terra da mãe de Deus*. Rio de Janeiro: INL, 1988.
- BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p.107-139.
- BARTHES, Roland. Semiologia e urbanismo. In: BARTHES, Roland. *A Aventura Semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1987, p.181-190.
- BARTOLOMEU, Floro. *Joaseiro e o Padre Cícero*. Fortaleza: Edições UFC, 1923.

- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na Época de suas técnicas e produção*. In: *Os pensadores*: Benjamin, Horkeimer, Adorno e Habermas. Tradução de José Lino Grünnewald. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.03-28.
- _____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: *Os pensadores*: Benjamin, Horkeimer, Adorno e Habermas. Tradução de Edson Araujo Cabral e José Benedito de oliveira Damião. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 29-56.
- _____. O narrador. In: *Os pensadores*: Benjamin, Horkeimer, Adorno e Habermas. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.57-74.
- _____. O surrealismo. In: *Os pensadores*: Benjamin, Horkeimer, Adorno e Habermas. Tradução de Erwin Theodor Rosental. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.75-85.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.237-258.
- _____. Nas ruas, os caminhos da cidade. *Cadernos de História*, São Paulo, n.1, jan/dez, 1992, p.27-36.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- _____. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre de Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FALCON, Francisco José Calazans. A História cultural. *Rascunhos de história*, Rio de Janeiro, n.1, 1992, p.1-23.
- FICO, Carlos. Estados Unidos e América Latina na Guerra Fria. In: FICO, Carlos. *O grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo; O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.17-55.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 37 ed. Rio de Janeiro: VOZES, 2009.
- _____. O sujeito e o poder. In: HUBERT, L. Dreyfus e Paul Rabinow. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2 ed. Tradução de Vera Portocarrerp e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2009.
- _____. *Historia da sexualidade I*. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza de C.Albuquerque e J.Aguilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: ED. GRAAL, 1977.
- FONTOURA, César Tadeu. Michel Foucault e a problematização do poder. *INTUITIO*, Porto Alegre, v.1, n.2, 2008, p.68-88.
- GIOVANAZ, Marlise. Em busca da cidade ideal: o planejamento urbanístico como objeto da História Cultural. *Anos 90*, Porto Alegre, n.14, 2000, p. 38-46.
- GOMES, Assis Daniel. As construções de sentidos e imagens de um urbano pelos poetas juazeirenses em 1987. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v.3, n.6, 2011, p.190-201.
- _____. Os discursos sobre o urbano juazeirense feitos pelo ICVC (1974-1985). *Anais do Encontro Cearense de História da Educação; XI Encontro Nacional do Núcleo de História e memória da Educação*. Fortaleza: Impreco, 2012, p.230-245. CD-ROM.
- _____. A “cidade do Padre Cícero”: as memórias e imagens divulgadas pelo Instituto do Ceará sobre a “Cicerópolis” cearense (1911-1950). *Anais eletrônicos do I Encontro Internacional História, Memória, Oralidade e Culturas*, Fortaleza, 2012, p.1-16. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/>. Acessado em: 04 de abril de 2013.
- GONÇALVES, Cleber Augusto; MELO, Victor Andrade de. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950-1970). *Movimento*, Porto Alegre, v.15, n.3, 2009, p.249-271.
- LIMONAD, Ester. Reflexões sobre espaço, o urbano e a urbanização. *Geographia*, ano I, n.1, 1999, p.71-91.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: Cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n.53, 2007, p.297-322.

- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Joaseiro do Pe. Cícero: Scenas e quadros do fanatismo no Nordeste*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1926.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. A rua e a evolução da sociabilidade. *Cadernos de História de São Paulo*. São Paulo, n.2, 1993, p.45-54.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. *Projeto História*, n.13, 1996, p.129-149.
- MONARCHA, Carlos. Prefácio. In: LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Joaseiro do Pe. Cícero: Scenas e quadros do fanatismo no Nordeste*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1926, p.11-17.
- MONASTIRSKI, Leonel Brizola. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.3, n.2, 2009, p.323-334.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Assim falava Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. São Paulo: Editora Escala, 2010.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, v.10, n.10, 1993, p.7-28.
- OLIVEIRA, Amália Xavier de. *O Padre Cícero que eu conheci*. Fortaleza: Premius, 2001.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi (org). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- PACÍFICO, Andreas Pacheco. Brasil: em busca de um país moderno e industrializado. *Universitas- relações Int*, Brasília, v.2, n.1, 2004, p.13-29.
- PASSOS, Juliana. “Operação Aliança”: entre a Operação pan-americana e a Aliança para o progresso. ANPUH, *anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, p.1-9. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/>. Acesso em: 06 de junho de 2012.
- PECHMAN, Robert Moses. Os Excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular. In: BRESCIANI, Stella (org). *Imagens da cidade- séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1993, p.29-34.
- PEREIRA, Henrique Alonso de A.R. Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil. Associação Nacional de História (ANPUH), *anais eletrônicos do XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo, 2007, p.1-9. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/>. Acesso em: 06 de junho de 2012.

- _____. Confrontar a revolução: Os Estados Unidos e o treinamento policial-militar na América Latina. ANPUH, *anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, p.1-9. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/>. Acesso em: 06 de junho de 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: Por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n. 16, 1995, p. 279-290.
- _____. Cidades imaginárias: Literatura, História e sensibilidades. *Revista de História e estudos culturais*, v. 6, n. 1, 2009, p. 1-12.
- _____. *História & História cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/MULTIGRA, 1993.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Os prazeres da noite: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. A cidade como objeto da historiografia. *Saeculum*, João Pessoa, n.21, 2009, p. 111-122.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil- Estados Unidos. *Perspectivas*, São Paulo, n.30, 2006, p.151-175.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- _____. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SCHORNER, Anselmo. Do faxinal à cidade: migração e desterritorialização- Irati/PR: 1970-1980. *Revista de História Regional*, v. 15, n.1, p. 229-257, 2010.
- SEMEÃO, Jane; GOMES, Assis Daniel. “Os folguedos do Cariri”: a “defesa do folclore” caririense na Revista Itaytera (1955-1980). *Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História –UFC*, Fortaleza, 2012, p.1-13. CD-ROM.
- _____. O Instituto Cultural do Cariri e a (re) construção Identitaria Caririense (1950-1970). *Anais da XIII Semana de Iniciação Científica da URCA*, 2011, p.1-8. CD-ROM.

- _____. Folclore e Memória: O Instituto Cultural do Cariri e a (re) construção identitária caririense (1953-1980). Anais eletrônicos do XIII Encontro Estadual de História do Ceará, sobral, 2012, p.1-12. Disponível em: <http://www.encontro2012.ce.anpuh.org/>. Acessado em: 02 de março de 2013.
- _____. Em defesa do folclore: O Instituto Cultural do Cariri e a construção de uma identidade caririense (1953-1980). *Anais do X Congresso de História da Educação do Ceará*, Juazeiro do Norte, 2011, p.1-10. CD-ROM.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT, 2004.
- _____. *Rumores: a paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950)*. Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT, 2006.
- SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. *Humor, vergonha e decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890)*. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2009.
- SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. Cultura Política e construção dos Espaços: Práticas do território urbano em Natal- RN (década 1960). ANPUH, *anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, p.1-9. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/>. Acesso em: 06 de junho de 2012.
- SOARES, Ana Lorym. Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961-1976). ANPUH, *anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, p.1-10. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/>. Acesso em: 06 de junho de 2012.
- SOUZA, Clarindo Barbosa de & FALCÃO, Luiz Felipe (org). *Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea*. Campina Grande: EDUFPG, 2012.
- VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na História e Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Livro disponível para download legal e gratuito em
www.editorapontocom.com.br

www.editorapontocom.com.br